

PORTUGAL democrático

ANO III — N.º 23

SÃO PAULO, ABRIL DE 1959

Cr\$ 3,00

A Câmara e o Senado Brasileiros apoiam o Embaixador A. Lins

Logo na primeira sessão da nova legislatura a Câmara e o Senado Brasileiros ocuparam-se do caso Delgado com um interesse que reflete a atenção com que todo o País acompanha o desenrolar do incidente. Se na imprensa só raras vozes — pronto sufocadas pelo clamor dos protestos gerais — ousaram levantar-se em defesa do sr. Salazar, o mesmo aconteceu no Parlamento. Apenas o senador Lourival Fontes tentou, aliás com grande infelicidade, atacar o embaixador Alvaro Lins criticando o seu procedimento. A regra foi a condenação pura e simples da atitude do sr. Salazar.

O problema foi levantado no dia 16 pelo sr. Bocayuva Cunha que, na Câmara dos Deputados, enviou para a mesa o seguinte requerimento:

“Tendo em vista o farto noticiário da imprensa, que a opinião pública do País vem acompanhando com o maior interesse, sobre a concessão pela Embaixada Brasileira em Lisboa, do asilo solicitado pelo gal. Humberto Delgado, cumpre ao nosso País, antes de tudo, preservar a tradicional amizade que liga o Brasil a Portugal, sem, entretanto, quebrar a sua invariável tradição no tocante ao direito de asilo.

Considerando, por outro lado, que um funcionário diplomático da mais alta graduação, em artigo assinado e transcrito em toda a imprensa portuguesa condena o embaixador do Brasil em Lisboa pelo asilo concedido, assim dando, no plano internacional, a grave impressão de divergências entre um funcionário e o Ministério das Relações Exteriores, criando uma situação insustentável e que dispensa adjetivações, requeiro à mesa sejam solicitadas ao Ministério das Relações Exteriores, as seguintes informações:

1) — Consultado pelo nosso embaixador em Lisboa, sr. Alvaro Lins, o Itamaraty concordou ou não com a concessão de asilo ao gal. Delgado?

2) — Este asilo está ou não conforme as tradições da diplomacia brasileira?”

O sr. Luís Viana, depois de aludir, em breve discurso, “à inquietante e impertinente situação”, também defendeu o direito de asilo e encaminhou à mesa requerimento de convocação do ministro Negrão de Lima, a fim de que o assunto seja debatido em plenário com o ministro das Relações Exteriores.

O DISCURSO DO SR. NEIVA MOREIRA

No dia 18 o assunto continuou em primeiro plano nos debates da

Portugueses do Congo Belga condenam o Salazar

Diversas cartas de portugueses residentes no Congo Belga foram remetidas, nos últimos tempos, a várias entidades brasileiras, cartas em que se denunciavam algumas das arbitrariedades do governo salazarista.

Temos em nosso poder duas dessas cartas, uma de 18 de Janeiro, outra de 14 de Fevereiro, ambas assinadas pelo sr. Nuno de Valadares. A primeira foi dirigida aos jornalistas e a segunda aos deputados do Brasil.

Registamos apenas a sua recepção, lamentando não dispormos de espaço para as publicarmos na íntegra. Pedimos, no entanto, aos nossos leitores que remetam a esta redação o endereço do sr. Nuno de Valadares, ou que, por qualquer forma, o ponham em contacto com “Portugal Democrático”.

Câmara. Recordando inicialmente o que ocorreu com Haya de La Torre, bloqueado durante cinco anos na Embaixada da Colômbia por tropas — e até por tanques — do ditador Odría, que finalmente caiu, o sr. Neiva Moreira criticou a atitude do governo português, ao mesmo tempo em que sugeriu a este que consinta no livre debate do caso pela imprensa de Lisboa. Disse o representante do Maranhão: “O que está ocorrendo em relação ao general Delgado é realmente incompreensível. Um jornal do Rio de Janeiro disse hoje que parece que o governo português perdeu a cabeça. E essa seria realmente a conclusão lógica a tirar do episódio, em que a conduta do governo lusitano tem sido tão desatenta a praxias diplomáticas e ao sentido de relações seculares entre as duas pátrias irmãs. Senhor presidente, esse fato já seria grave se ocorresse em qualquer outro país com representação em Lisboa. Assume no entanto, caráter injustificável, profundamente lastimável, tratando-se do Brasil, aconselhando o governo português ao exame mais atento, mais cuidadoso e equânime da situação criada. Ultimamente os jornais de Lisboa têm transcrito artigos de origem brasileira, nos quais se justifica a posição assumida pelo governo português: acusa-se o embaixador do Brasil de atitude facciosa e tenta-se desmoralizar o general Humberto Delgado, de cujas idéias políticas todos têm direito de discordar, mas cujas qualidades de bom português e de exemplar soldado a ninguém é dado desconhecer.

Sr. presidente, considero-me isento para tratar desse problema. Defendo uma política de integração total entre nossos dois países, para que, juntos, possamos defender em um mundo de profundas transformações, os valores culturais e espirituais da nossa civilização. Em inúmeras oportunidades tenho, ao lado de restrições de todos conhecidos, exaltado realizações evidentes do atual governo português. No que concerne ao embaixador Alvaro Lins, em outras oportunidades poderia merecer êle as reprovações de que agora é alvo em certos setores. Mas seria realmente lastimável que vozes pudessem levantar-se contra a sua conduta, no momento em que defende e procura resguardar uma das diretrizes mais altas do direito brasileiro e da tradição diplomática americana, e pudesse ser punido por dar acolhida como hóspede da nossa Embaixada a um eminente português que a ela recorreu.

Senhor presidente, gostaria que o governo português consentisse que a sua imprensa, que circula sob censura, transcrevesse os discursos parlamentares e artigos de jornais brasileiros de reconhecidas tradições democráticas, para que a opinião lusitana pudesse fazer um juízo objetivo e verdadeiro das tendências da opinião brasileira, que não está refletida nas tendenciosas publicações oferecidas aos leitores da imprensa de Portugal.

O povo brasileiro está desejoso de ver os dois governos encontrar uma fórmula de entendimento que solucione o problema. O que mais nos preocupa é que um incidente dessa ordem possa conduzir a qualquer fricção na família lusitana que habita, sob pavilhão de dois Estados, os dois lados do Atlântico. Mas as autoridades portuguesas precisam compreender que deve ser de firmeza a conduta da diplomacia brasileira na manutenção de direito de asilo, concedido ao general Humberto Delgado. Essa orientação reflete-se corretamente no recente pronunciamento do ministro do Exterior de nosso País, e se o governo do primei-

ro-ministro Oliveira Salazar entender que o direito de asilo não deve ser respeitado, então o general Humberto Delgado ficará de barbas brancas, mas sob a proteção do pavilhão brasileiro, pois seria altamente desonroso para nós um opróbrio para a diplomacia brasileira, se agissemos de maneira contrário ao resguardo dessa alta tradição diplomática do nosso País”.

A INTERVENÇÃO DO SENADOR AFONSO ARINOS

O “caso Delgado” também teve a maior repercussão no Senado onde o ex-líder da oposição no

(Continua na pg. 7)

O caso Delgado na TV brasileira

Paralelamente à intensa campanha desenvolvida na imprensa do Rio e de São Paulo contra o regime do sr. Salazar, a televisão brasileira tem acompanhado com o maior interesse a marcha do caso Delgado. Carlos Thiré, grande amigo de Portugal e autor do programa “Sem Censura”, que conta centenas de milhares de telespectadores, tem contribuído para o esclarecimento da opinião brasileira através de uma série de entrevistas feitas com pessoas que, conhecendo os problemas relacionados com o asilo do general na Embaixada do Brasil em Lisboa se prontificam a responder a quaisquer perguntas relativas ao mesmo. Os três primeiros convidados de Carlos Thiré foram os jornalistas Paulo de Castro, Miguel Urbano Rodrigues e Wilson Aguiar, este último expulso de Lisboa pela PIDE.

Paulo Cunha vaiado na Venezuela

(Do nosso correspondente especial)

Caracas (Março) — Embora com atraso, não queremos deixar a ocasião de referir para os leitores de “Portugal Democrático” o que foi a “recepção” ao sr. Paulo Cunha, que a Caracas se deslocou no mês findo, como mensageiro da sinistra ditadura de Salazar, a fim de assistir à cerimônia de posse do novo presidente da República da Venezuela, dr. Romulo Betancourt.

Antes do desembarque do ex-ministro dos Estrangeiros fascista, os jornais, a rádio e a televisão tinham feito já ampla “cobertura” sobre a personalidade do “enviado”. Comunicados da “Junta Patriótica Portuguesa” e cartas de inúmeros membros da colônia lusitana nesta Capital, completaram o “quadro”.

O sr. Paulo Cunha sustentou que se afastara da política, mas, não obstante, trazia condecorações políticas para diversos imigrantes. Pode dizer-se que toda a colônia se uniu em volta da “Junta Patriótica Portuguesa”, de caráter vincadamente anti-fascista, de modo que o representante de Salazar, lamentando, por um lado, não ter sido claramente informado acerca do “estado de espírito” da colônia portuguesa, esquivava-se, por outro, a qualquer declaração de fidelidade ao regime que, afinal, durante largos anos prestigiou.

No decorrer de uma recepção na Embaixada de Portugal, o eng. Costa Mota, antigo deportado de Timor, protestou contra a presença de agentes da PIDE, apontando um deles, de nome José António Cangeiro, que vive em Caracas. P. Cunha desfez-se em descul-

O fim da comédia

No momento em que escrevemos estas linhas, os democratas portugueses do Brasil preparam-se para receber condignamente o general Delgado. Segundo as últimas informações, o Itamaraty teria enviado a Lisboa uma alta personalidade com a missão de resolver definitivamente o assunto. Recoso de um endurecimento da posição brasileira que poderia ser levado às últimas consequências, o Sr. O. Salazar decidiu-se, agora, ao que parece, a dar por finda a comédia que vinha representando e que custou já ao tesouro nacional muitos milhões de escudos gastos com a campanha de matéria paga levada a efeito nos raros jornais do Rio e de São Paulo que se prestaram a fazer o seu jogo.

Assim, como não podia deixar de ser, o general sairá de cabeça levantada da embaixada do Brasil, sem se submeter a nenhuma das exigências vexatórias dos esbirros da PIDE. Para além dos aspectos puramente diplomáticos do caso, importa salientar a grande derrota do regime e a consequente vitória do povo português expressa na vinda para o Brasil do ex-candidato à presidência da República como asilado político.

A evolução da conjuntura portuguesa nas últimas semanas foi de tal ordem que, mais do que nunca, todos os que neste país lutam como podem pela liberdade da Pátria estão persuadidos de que o longo consulado do Sr. Salazar está prestes a terminar. O desprestígio do Estado Corporativo no estrangeiro é total. Jornais de todas as tendências, em Inglaterra, nos Estados Unidos, em França, na Bélgica, na Suíça, vêm denunciando o ambiente de terror que reina nas cidades e campos de Portugal, apontando ao mundo a ditadura do Sr. O. Salazar como um regime decadente e inhumano, em vias de desagregação. A arma a que o ditador no seu desespero se agarra como tábua de salvação — a repressão — é precisamente o fator que mais vem contribuindo para o crescente descrédito do Estado Novo. Um regime que se mantém apenas graças ao terror policial, não pode impor-se ao respeito e à aceitação do mundo civilizado. Desde o início do ano, nada menos de três oficiais do Exército procuraram refúgio em embaixadas sulamericanas. Quem pode tomar a sério o governo que ante tais fatos, continua a proclamar que tem o povo consigo e que reina a paz e a concórdia entre a família portuguesa? Morrerá pelo ridículo a ditadura que nasceu pela violência?



Repressão: A derradeira coluna-mestra

Trinta e dois anos! Bastaria uma simples brisa para que ruísse o vetusto edifício do Estado Novo, não fosse a coluna-mestra da repressão. Ou, para sermos mais precisos: não estivesse o edi-

fício reduzido a uma única coluna-mestra.

Por diversas vezes se referiu nosso jornal à situação do prisioneiro político em Portugal. Indignação e sentimento de solidariedade levam-nos a voltar a fazê-lo. Hoje, a essas duas razões, vem juntar-se a consciência de que a denúncia das arbitrariedades policiais do atual Governo Português, são outros tantos golpes assestados na derradeira coluna-mestra que sustenta o Estado Novo. Pretendemos, portanto, manter em “Portugal Democrático” uma permanente seção-denúncia da repressão em nossa pátria.

A repressão começou em 28 de Maio de 1927. Foi o atributo primeiro que todos reconheceram à ditadura. Com a subida do académico Oliveira Salazar ao posto-chave da nação, torna-se uma arma mais subtil. Física, para os extrovertidamente inconformados; emboscadas, assassínios, espancamentos, torturas sorvidas da interrompida tradição inquisitorial portuguesa, degredo sem julgamento prévio, coação económica são as formas sob as quais se manifesta. Moral, para os introvertidamente inconformados. Dentro desta categoria repressiva, podemos distinguir duas outras: *intimidação imediata*, para todos aqueles que recebem sanções, quer físicas, quer económicas, caso exteriorizem seu inconformismo; e *intimidação mediata* para todos aqueles que, odiando a ditadura fascista, temessem que, com a abolição desta, se implantasse um mal pior. Dois males foram sucessivamente forjados pelo professor de Santa Comba: a façanhuda anarquia dos republicanos, e o antropofagia comunista. Duas hábeis ilustrações do lema “dividir para governar” e que conseguiram, até há um ano atrás, impedir a reunião das várias forças anti-fascistas portuguesas.

Porém, a situação económica e politicamente desesperadora a que o Estado Novo conduziu o nosso país, foi lenta mas seguramente minando a eficiência da repres-

(Continua na pg. 8)

- * Saudação a Erico Verissimo — Jaime Cortesão — pág. 8
- * Um defensor do sr. Salazar — Adolfo Casais Monteiro — pág. 8
- * O Exército necessita de reforma — Santana Mota — pág. 4
- * Ainda o Caso do general Delgado — Gustavo Corção — pág. 5

O incidente Delgado na imprensa brasileira

Decorridos quase três meses desde o dia em que o general Humberto Delgado pediu asilo político ao Brasil, o interesse da opinião pública brasileira pelo caso, em vez de esmorecer, é cada vez mais vivo. Para isso contribuiu, aliás, a circunstância de um conhecido jornalista brasileiro ter passado inesperadamente a atacar o general de um dia para o outro após uma das suas frequentes visitas a Lisboa. A reação de todos os grandes órgãos da imprensa do Rio e de São Paulo foi imediata. Não há exagero na afirmação de que mais do que nunca o Brasil está com Delgado contra Salazar, conforme os nossos leitores de Portugal e do Ultramar podem verificar pelos artigos e crônicas que, a seguir, transcrevemos:

Ainda o caso Delgado

Decorridos dois meses do dia em que o general Humberto Delgado se refugiou na embaixada do Brasil em Lisboa, o governo português continua a demonstrar uma enervante incompreensão da atitude adotada pelo nosso País em face do problema que esse gesto criou. Todas as tentativas feitas do lado brasileiro para a obtenção de um salvo conduto que permitisse a saída de Portugal ao nosso hóspede, de acordo com os princípios internacionais que regulam o direito de asilo, esbarraram com a intransigência absoluta do chefe do governo do país irmão. Em contrapartida, a única proposta concreta do Ministério das Relações Exteriores português era inaceitável, pois além de envolver o desconhecimento do direito de asilo, obrigaria o general ao cumprimento de formalidades destinadas a vexá-lo perante a opinião pública.

Nada justifica, acentue-se, a obstinação e a desconfiança das entidades oficiais portuguesas, pois da nossa parte não há outro intuito que não seja o de dispensar a um cidadão que se acolheu à proteção da bandeira brasileira as atenções a que tem direito. Colocar a questão no terreno da política é desvirtuá-la. Por se tratar de Portugal, país a que nos unem laços de toda a espécie, as autoridades brasileiras têm, contudo, revelado uma paciência fora do comum, resistindo à pressão da imprensa no sentido de ser tomada uma atitude mais firme, que teria pelo menos o mérito de entregar a responsabilidade do impasse criado àqueles a quem cabe de direito.

Acontece, entretanto, que, a pretexto do caso, o governo do sr. Salazar vem assumindo uma posição tão ostensivamente deslegante em relação ao nosso País que o Itamarati não pode protelar por mais tempo as medidas que a situação justifica.

Tudo isto é bem lamentável e bastaria um mínimo de compreensão das autoridades portuguesas para que o incidente fosse solucionado. Em primeiro lugar, já é tempo da Lisboa oficial se compenetrar de que o Brasil abriu as portas da sua embaixada ao general Delgado como qualquer outra nação o teria feito em circunstâncias idênticas. Não se tratava, aliás, de um indivíduo qualquer. S. exa., que recentemente se candidatou à presidência da República, é um dos oficiais mais distintos da Aeronáutica, como o atestam os louvores da sua folha de serviços. Ao receber o general Delgado na sede da sua embaixada em Lisboa, o Brasil não respeitou apenas as normas internacionais do direito de asilo: prestou simultaneamente uma homenagem às Forças Armadas de Portugal, acolhendo um dos seus membros mais ilustres. O general estava em sua casa, da mesma forma que todo o brasileiro em Portugal se sente sempre como na sua própria terra.

Para que a causa da amizade luso-brasileira não fosse nem ao de leve atingida, tudo temos suportado. Mas o limite foi excedido. Sabemos distinguir entre o povo português e o governo do sr. Salazar. Que o primeiro está conosco não resta dúvida, como o provam as cartas e outras manifestações de agradecimento enviadas ao embaixador Alvaro Lins pelos vultos mais eminentes da cultura e do pensamento portugueses. Se a união entre os dois povos, selada pelo sangue e por

um inesquecível passado comum, é cada vez mais íntima e sai robustecida do incidente, outro tanto não acontece, porém, com as relações oficiais, pois o regime do sr. Salazar merece ao Brasil, cada dia que passa, um julgamento mais desfavorável.

De uma coisa pode estar certo o chefe do governo português: o Brasil não voltará atrás! Pelo que nos diz respeito, apoiaremos todas as medidas que o Itamarati seja forçado a tomar em obediência à linha de rumo traçada. Não podemos ficar mal perante nós próprios e o povo irmão de Portugal para satisfazer o espírito intolerante da ditadura.

"O Estado de S. Paulo", 12-3-59).

Pouca Roupa ou Roupa Suja?

Com pouco mais de dois meses de existência, o caso Delgado, que é drama em Portugal e na consciência de todos os homens honrados, ameaça virar farsa no Itamarati. Pois chegamos a esta situação burlesca: o embaixador do Brasil em Londres (depois de uma tentativa frustrada que implicaria o risco de devolver à prisão o general asilado) arrasa com o embaixador do Brasil em Lisboa; não contente com isto, critica o ministro de Estado, que sustentou o direito de asilo; vai além, e desanica o reporter da sua cadeia de jornais, pedindo para ele uma cadeia de verdade, que, segundo suas palavras, "ainda seria pouca roupa" para o rapaz. E o sr. Negrão de Lima, aflito, não sabe mais, a esta altura, o que fazer — e efetivamente não faz nada. Talvez murmure com os seus botões, como aquele diplomata do romance de Eça de Queirós: "É grave, é excessivamente grave..."

O sr. Assis Chateaubriand, que é quem ocupa (de vez em quando) a Embaixada em Londres, julga-se no direito de opinar pelos seus jornais sobre a norma a seguir pelo Itamarati. Todas as praxes e regulamentos foram arquivados pelo trepidante diplomata. Quem sabe se um plebiscito entre o pessoal do Ministério do Exterior não resolveria a questão? E se ouvíssemos também a opinião do embaixador em Quito? E a do segundo-secretário em Bangkok? Já que o palpite é livre, quem sabe se com um dêles não estaria a "formula milagrosa" que um dia o sr. Chateaubriand se jactou de possuir para o caso Delgado?

A formula Chateaubriand, todo mundo sabe, é o que se poderia chamar a formula entreguista. Entreguemos o homem a Salazar. Salazar disse que não o prendia. E se prender, aí sim, estará criado o "precedente" que, só ele, nos permitiria pôr em dúvida a palavra do Governo luso... Ai está o raciocínio do embaixador "dublê" de jornalista.

Tudo isto pode ser muito divertido e envolver boa matéria de sátira. Mas está em jogo um princípio fundamental da diplomacia brasileira: o direito de asilo. É um valor precioso: a liberdade do homem. Se o Governo se omite e o assunto se transforma em domínio do pingue-pongue verbal de um embaixador que nada tem a ver com ele, o carro passa completamente adiante dos bois.

Quando um representante diplomático brasileiro que concedeu asilo a um líder político, com a aprovação do Itamarati, é chamado por um seu colega de "coiteiro", ou seja, de homem que se faz conivente com bandidos, dando-lhes refúgio — então algo está funcionando muito mal nas engrenagens de nossa diplomacia. O sr. Chateaubriand fala em pouca roupa — mas o que está aparecendo é muito roupa suja.

"Ultima Hora", 16-3-59).

Lamentavelmente equivocada a posição do Itamarati no caso Delgado

Muito mais grave que a intransigência do Governo Português nesse caso do general Delgado, é a lamentável e equivocada posição da chancelaria brasileira. Pela primeira vez em toda a história das relações diplomáticas entre dois países, sem que tenha havido rompimento ou declaração de

guerra, um embaixador é reduzido à condição de prisioneiro no exercício pleno de suas funções e em gozo de seus direitos. É esta exatamente a situação a que se acha reduzido em Lisboa o sr. Alvaro Lins, com a sede da Embaixada vigiada pelos beaguins da Polícia Internacional e Defesa do Estado (PIDE), com os seus telefones e correspondência privada censuradas, com sua liberdade de movimentos cerceada, com o seu nome riscado na relação dos convidados oficiais tratado, assim, como um intruso, a quem se tolera, mas que não se respeita e se despreza, o chefe da missão diplomática do Brasil em Portugal está sendo conduzido a uma posição degradante por parte de um governo supostamente amigo.

Não vamos nem pretendemos entrar aqui na apreciação do regime do sr. Oliveira Salazar. Sabemos, por experiência própria, em que tristes condições vive a gente portuguesa, a suspeitar do próprio ar que respira num país transformado numa imensa fortaleza de silêncio. Mas esse é um problema muito menos nosso que dos portugueses em geral, os quais, por ocasião da farsa que foram as últimas eleições ali, saíram à rua para protestar com as únicas armas ao seu alcance: a palavra inflamada e as pedras das ruas, estas atiradas contra os que o tiranizam em nome da disciplina e da ordem reinantes na paz dos cemitérios.

Mas se a libertação do jugo da tirania salazarista é uma questão interna do povo português, o respeito devido ao embaixador Alvaro Lins, no exercício de suas funções, é um problema que afeta diretamente ao Governo e à soberania brasileiros. Não pode, portanto, haver omissão nesse caso por parte da nossa Chancelaria.

A posição assumida pelo ministro Negrão de Lima, em todo esse episódio lamentável, tem sido contudo de dubiedade, de tergiversação e de acomodação, quando na verdade não é outra a sua própria autoridade que se acha em jogo. Querer transferir a exclusivamente para os ombros do embaixador Alvaro Lins será um gesto tão inominável que não admitimos sequer a hipótese.

O asilo ao general Delgado, quando este chefe da oposição portuguesa bateu às portas da Embaixada brasileira em Lisboa, foi concedido de conformidade com o Ministério do Exterior. Não foi um ato impensado, gratuito ou irresponsável o do chefe da missão diplomática do Brasil. Não havia, por outro lado, nenhuma novidade no gesto. O direito de asilo político é uma das tradições de nossa diplomacia. Diplomatas portugueses, inclusive com frequência, dele fizeram uso entre nós, quando acolheram entre as paredes de sua Embaixada políticos e militares brasileiros que ali procuraram abrigo fugindo a perseguições ou acusados de crime contra o Estado. Jamais acontecimentos dessa espécie serviram para estremecer as relações do Brasil contra Portugal ou com qualquer outro país.

Ao dar asilo ao general Delgado o embaixador Alvaro Lins cumpriu simplesmente com o seu dever. Não tem por que sofrer censuras. Mas o mesmo não se pode dizer com relação ao comportamento do Itamarati. O sr. Negrão de Lima parece mais preocupado com as intrigas tecidas à sua volta pelo embaixador Manuel Farrajota Rocheta do que com as informações de fonte oficial brasileira que chegam ao seu conhecimento. Após a leitura, por exemplo, do relatório que lhe foi feito pelo diplomata Alarico Silveira, só restava ao nosso ministro do Exterior encaminhar uma nota de protesto ao Governo português. Ao contrário disto, prefere tomar conhecimento de cartas anônimas, escritas por algum dos "bufos" do Chiado. Submeter um simples panfleto, sem assinatura, recheado de intrigas grosseiras, ao sabor dos regimes fascistas, à apreciação do Departamento Político do Itamarati, presumivelmente um órgão sério, tanto assim que lá está à sua frente o ministro Araújo Castro, é alguma coisa que não recomenda a inteligência, o tato e as responsabilidades do sr. Negrão de Lima. Lamentamos ter que dizer estas coisas de maneira tão rude, mas não há outro jeito, pois nos pare-

ce haver um limite para a acomodação.

O ministro Negrão de Lima, que é tido como uma personalidade hábil, parece não se dar conta de que em todo esse episódio não é apenas a sua ilustre pessoa que se acha em jogo. A timidez com que se conduz no trato com o Governo do sr. Oliveira Salazar, numa questão em que, de saída, a razão está com o Brasil, pode muito bem ser tomada como um retrato de nossa diplomacia. Até aqui a política externa brasileira tem contrariado a todas as suas tendências naturais, para servir ao colonialismo português, tanto em Goa, na Índia, como em Moçambique e Angola, na África. Com isto a diplomacia brasileira se tem visto em dificuldades sérias perante as organizações internacionais criando, inclusive, atritos com os grupos de nações afro-asiáticas, com as quais temos muitos interesses comuns a defender.

Se procedemos com timidez e subserviência com relação a um governo como o de Portugal, o qual precisa da ajuda e da cooperação brasileira para defender perante a ONU o que lhe sobrou de seu império colonial, então não será difícil compreender a linguagem utilizada pelo Itamarati no trato com as grandes potências, sob cuja dependência permanece.

É ainda um triste retrato que o ministro Negrão de Lima está dando de seu tato político, quando se mostra incapaz de correr em defesa de um dos seus chefes de missão no Exterior, deixando-o entregue à sua própria sorte, mas mesmo assim não acreditamos, como se anuncia em certas fontes oficiais, que leve sua tibieza a ponto de propor ao Presidente Kubitschek a saída do sr. Alvaro Lins da embaixada brasileira em Lisboa como formula capaz de resolver o impasse. Não se trataria no caso de uma formula, mas de uma capitulação vergonhosa, que nos cobriria a todos de ridículo. Qualquer solução no caso Delgado que implique num recuo por parte do Brasil, obrigando-o, inclusive, a abrir mão do direito de asilo, seria um ato de desmoralização. Não acreditamos que o ministro Negrão de Lima queira ser responsável por isto o que equivaleria a encerrar de maneira muito pouco brilhante a sua carreira política.

(Medeiros Lima, "Ultima Hora", 14-3-59).

A campanha dos comendadores

Uniu-se a camorra de cima com a camorra de baixo da *sadia* para derrubar Alvaro Lins e arrancar o general Delgado do que elas chamam de valhacouto, ou seja, a Embaixada do Brasil em Lisboa! Chatô e Jobim acertaram seus relógios com os dos Comendadores da Ordem do Banho e lançaram-se à pelega! Ao passo que o Paulo Bittencourt mostra-se molemente retraído, uma vez que a tradição no solar da Avenida Gomes Freire é alisar a careca dos lusitanos de Comenda... mas a causa é suja!

Tudo isto cheira a grossa indignidade!

As Câmaras que agora se abrem (malgrado a declaração deslavada do Lourival Fontes, na qual os sedimentos fascistas vêm à tona), devem dar ao caso a mais viva atenção, na defesa legítima da dignidade e vergonha da nossa representação em Lisboa. Não sugerimos medidas, porque não faltam, na Câmara e no Senado, deputados e senadores que conhecem seus deveres e não os deixarão de cumprir!

Chamamos, apenas, a atenção dos representantes do povo brasileiro para o que se passa com relação à empreitada do embaixador do Brasil em Londres que visa dar uma vitória política ao ditador Salazar às custas do decoro e brio da nossa representação diplomática em Lisboa. Empreitada que, se fosse ainda vivo e presidente da Comissão de Diplomacia da Câmara, o nosso bravo Rafael Corrêa de Oliveira já estaria cogitando de convocar o chanceler Negrão de Lima para pôr tudo isso em pratos limpos! O que mostra a importância desta hora da escolha dos homens para a referida comissão e, entre eles, aquele que possa continuar a atuação independente, lucida e vigorosamente patriótica do grande Rafael!

Senhores senadores e senhores deputados. Basta ver como a imprensa salazarista do Rio e de Lisboa embaixaram em arco com os artigos do Chatô e do Jobim. Transcreveram, na íntegra, o do primeiro que vale por uma punhalada vibrada às costas do Alvaro Lins pela mão de um velho sicário e, em trechos adequados, o do segundo.

O fascismo, mesmo um fascismo de decadência como o salazarista, conhece a técnica da propaganda. Quando entra em campo, põe em ação todas as armas, ou seja, todas as modalidades da arte.

Na delicada circunstância, o salazarismo dentro do Brasil usa até mesmo um boletim anônimo, elaborado com a ajuda de técnicos do próprio Itamarati, a serviço dos Comendadores da Ordem do Banho (boletim que já vai pelo número 4), para colocar mal, colocar pessimamente, o embaixador Alvaro Lins. A infâmia é completa e exige sindicância!

A imprensa portuguesa no Brasil, por seu lado, frui a mais completa liberdade. O "Mundo Português" ataca os nossos políticos francamente, com a desenvoltura de qualquer folha nacional. Ainda no domingo, esse órgão salazarista comentava a posição do Amarel Peixoto e do PSD carioca nestes termos:

No setor do governador da Cidade, tudo continua como dantes. Sá Freire Alvim está seguro. Já agora as coceiras do Partido Social Democrático é em torno, apenas, de um empregado bom, polpudo, para o derrotado Lopo Coelho. Querem fazê-lo, a trôco de tudo, secretário da Administração, já que nomeá-lo Prefeito foi impossível, pois o presidente da República não se deixou enlevar pela conversa do sr. Amarel Peixoto, presidente do Diretório Regional do PSD, no Distrito Federal, onde — diga-se não tem prestígio nem para eleger-se vereador".

Ora, o PSD é partido do Governo no Brasil. O Augusto do Amarel Peixoto, um de seus líderes. Entretanto, o "Mundo Português" deles troça desse jeito!

E do Janio Quadros, ex-governador de São Paulo, deputado e candidato à presidência da República, o que dirá a folha lusitana? Vejamos, leitor (aqui entre nós para que o Janio não ouça):

"Já se encontra próximo do Japão o alucinado Janio Quadros, candidato do sr. Carlos Lacerda à presidência da República".

Um alucinado. Para o "Mundo Português", Janio é um alucinado!

E a "Voz de Portugal", como nela escrevem os portugueses? Com o mesmo desembaraço, a mesma maneira ágil e travessa. O nosso velho amigo Joaquim Campos faz das suas e com que brilho! Muito sabido, o Campos monta ora no Chatô, ora no Jobim, para agitar o seu varapau ou o seu marmeleiro contra o Delgado. Nesta póse, não chega a ser um Quixote, mas parece um Sancho Pança, ele que tem talento e miolo para ser igual a Ramalho das "Farpas", se em sua pátria houvesse liberdade!

As coisas chegam a um ponto que nos parece lógica a interpretação do Joel Silveira no "Diário de Notícias". Diz ele:

"O sr. Negrão de Lima está-se fazendo de desentendido, mas o fato é que o sr. Chateaubriand já o substituiu no Itamarati".

Se não há nenhuma palavra do Chanceler desautorizando Alvaro Lins e o embaixador do Brasil em Londres o faz, sem que o Itamarati o castigue, é porque cessou a autoridade, ou, pelo menos, a sensibilidade do Chanceler.

Chatô não é o Chanceler legal, mas torna-se um Chanceler de fato! Pouco importa que o que ele escreve ou o que ele diz seja mera empreitada dos Comendadores da Ordem do Banho... O fato é que ele, praticamente, está demitido das nobres funções!

A Comissão de Diplomacia da Câmara dos Deputados deve convidar o ministro das Relações Exteriores do Brasil às falas. Ele terá que se explicar!

Não se trata de um assunto doméstico, de uma transação em que Chatô deve forçosamente ganhar, porque assim combinou com os Comendadores (tanto mais que a

Fermentação de odios na Africa Portuguesa

MIGUEL URBANO RODRIGUES

Em 19 de outubro passado, a propósito da política ultramarina portuguesa, escreviamos nestas colunas: "torna-se evidente para qualquer pessoa de bom senso que não será possível insistir indefinidamente numa política de integração alicerçada em argumentos de ordem jurídica e constitucional. Lamentávamos mais adiante que, enquanto a França e a Inglaterra adotavam nos seus territórios africanos soluções que concediam um papel cada vez mais importante as populações indígenas, chamando-as a participar da administração, o governo de Lisboa se mantivesse intransigentemente apegado a concepções superadas e contrárias ao sentido da História. E concluíamos: "esperemos que não seja demasiado tarde e que a ditadura não disponha de tempo suficiente para que os ressentimentos existentes se transformem numa seara de odios que tornaria impossível a criação de uma grande comunidade de nações luso-africanas."

O despertar da Africa Negra processa-se em ritmo tão impressionante que, decorridos apenas cinco meses, não somente os acontecimentos nos vieram dar inteira razão como, em certos casos, ultrapassaram mesmo aquilo que prevíamos. Madagascar e a maior parte dos territórios da Africa Ocidental e Equatorial Francesa (ao todo cerca de oito milhões de km² povoados por mais de 30 milhões de habitantes) acederam, entretanto, à independência no seio da Comunidade Francesa de Nações, herdeira da antiga União. Simultaneamente, a Guiné cortou todos os laços que a prendiam à antiga metrópole e, já em 1959, a Bélgica, alarmada com a violência e a profundidade das manifestações do nacionalismo congolês, apressou-se a divulgar um plano

de reformas que conduzirá a sua rica colônia à independência completa dentro de três anos. Por outro lado, em vastas regiões da Africa Central e Oriental Britânica, muito em especial na Niassalândia, reina um ambiente de eferescência entre as massas indígenas que se traduz em atos de terrorismo indiscriminado, em aberta rebeldia contra as autoridades. A circunstância do poder político, na Federação das Rodésias, se encontrar nas mãos das minorias brancas, impede Londres de seguir os exemplos de Paris e Bruxelas, mas tudo indica que as elites africanas locais desempenhem um papel cada vez mais considerável na vida e na administração desses territórios.

Em perfeita contradição com este vendaval de independência que varre a Africa de les-a-lés, a tranquilidade seria absoluta em Angola e Moçambique, a darmos crédito às notas oficiais recentemente tornadas públicas pelo governo de Lisboa. Na realidade, o ambiente em qualquer das duas vastas "provincias" está longe de ser calmo e a fermentação nacionalista assume nelas proporções insuspeitadas. Da carta de uma professora de Luanda para um parente seu residente em São Paulo, há dias publicada nesta folha, inferia-se mesmo que o extremismo africano está assumindo em Angola uma faceta nova que não encon-

tra paralelo em todo o Continente. Notícias posteriores, chegadas até nós, justificam inteiramente o pessimismo da autora desse dramático documento. Nas principais cidades de Angola e Moçambique vivem-se horas de angústia e em qualquer delas é geral entre a classe dominante a convicção de que a política do atual governo está arruinando o prestígio do nome português em Africa e criando odios que amanhã tornarão quase impossível o estabelecimento de uma comunidade de nações livres de raiz lusiada.

O CASO MOÇAMBICANO

Em Moçambique (775.000 Km² e 5,5 milhões de habitantes), mercê da proximidade da União Sul-Africana, a tendência para a segregação racial é bastante acentuada pelo que o nacionalismo indígena se manifesta de uma forma assaz tímida. Apenas na zona fronteiriça da Niassalândia se tem notado, ultimamente, certa agitação, aliás prontamente dominada pelas autoridades. Os líderes africanos não ignoram que qualquer tentativa destinada a obter maiores regalias e direitos para os seus não seria escutada e que protestos mais vivos, que originassem uma perturbação da ordem estabelecida, seriam seguidos de uma repressão implacável com o apoio incondicional da grande República vizinha. Assim, paradoxalmente, nesta "provincia" o descontentamento é mais visível entre a minoria branca do que entre as massas negras, conscientes da sua impotência ante os condicionamentos da geografia e da História. Para o landim ou o vatuá, lutar contra a soberania portuguesa para cair sob o jugo bem mais pesado e inumano da União Sul-africana não é solução... Os grandes problemas de Moçambique são, por isso, na hora atual, bem fáceis de resolver, pois resumem-se fundamentalmente aos problemas da minoria branca que se sente explorada pelo governo da Metrópole que insiste em impor arbitrariamente a sua vontade à colônia. As questões, entre todas importantes, relativas ao convívio de negros, asiáticos e europeus, principiariam a encontrar as soluções mais humanas e adequadas a partir do momento em que, sentindo-se responsáveis, as elites portuguesas locais fôsem inevitavelmente forçadas a chamar a si as comunidades de cor representativas da quase totalidade da população.

Mas tudo corre de mal a pior. O sr. Salazar que, apesar de escolher o ultramar como tema predileto dos seus discursos, nunca pôs os pés em Africa, e que encara o Império à luz da sua mitologia doentia com os olhos de um missionário do século XVI, não compreende os motivos do profundo malestar reinante entre os europeus de Moçambique. Nessa conformidade, tomou a única iniciativa que podia ocorrer a um espírito como o seu: substituir o governador-geral e instalar a policia politica na colônia, para averiguar as raízes da incompreensão dos moçambicanos. Os resultados não se fizeram esperar: em menos de um mês as prisões encheram-se a transbordar de brancos, acontecimento inédito nos anais da velha possessão lusa. Na última fornada de intelectuais detidos pela PIDE em Lourenço Marques figuram o escritor e advogado Carmo Vaz e o jornalista Simões de Figueiredo, duas das personalidades que mais se haviam distinguido durante a campanha eleitoral pelo apoio concedido à candidatura do gen. Humberto Delgado. O último, que estivera recentemente em São Paulo, foi barbaramente torturado, encontrando-se hospitalizado entre a vida e a morte. A repercussão destas medidas policiaes foi, como era de esperar, desastrosa. Em Moçambique, que conta apenas um liceu e nenhuma universidade, fala-se abertamente em *independência*. A circunstância da colônia ter fronteiras comuns com a União Sul Africana confere à palavra um significado muito especial. Por independência deve entender-se a proclamação de uma república mais ou menos escravocrata que consagraria o principio da segregação, entregando o po-

der político exclusivamente à minoria europeia. Por outras palavras: o governo de Lisboa para não conceder a Moçambique uma ampla autonomia que seria benéfica sob todos os pontos de vista, criou uma situação de descontentamento geral que ameaça as futuras relações entre Portugal e a sua atual "provincia", levando os colonos a encarar soluções extremas para as quais eles são os primeiros a reconhecer a sua falta de preparação. Como o *Império se governa de Lisboa*, o sr. Salazar abre caminho ao aparecimento de uma república que tomaria como modelo a Africa do Sul e os seus desumanos processos de discriminação racial...

ANGOLA

Em Angola (1.250.000 Km² e 4,5 milhões de habitantes), onde o racismo é mitigado e um rápido desenvolvimento económico vem determinando desde o final da guerra um afluxo ininterrupto das massas indígenas às cidades do litoral, a problemática local é completamente diferente.

O negro, mantido numa total ignorância — o número de indígenas civilizados é insignificante — pouco ou nada assimilou da cultura e da técnica modernas. Mas não permanece insensível aos apelos vibrantes do nacionalismo africano. As idéias vindas de fora chegam-lhe deturpadas e ele ainda mais as deturpa. Sabe vagamente que algures, em Africa, há uma nação que se chama Ghana e dizem-lhe que nessa terra da promessa os pretos mandam nos brancos; sabe, também, que às portas de Angola, para além da floresta impenetrável do Maiombe, o Congo Francês se transformou em República e que a Bélgica acaba de prometer a independência à grande colônia do Norte. Ora, a ele não lhe prometeram nada, nem ao menos uma casa para viver... Dia após dia, tem perante si o espetáculo de uma cidade que se lhe afigura enorme e maravilhosa e onde tudo o que é bom pertence ao branco.

Mas, desgraçadamente, tudo ignora sobre os países vizinhos e, desconhecendo a qualidade das pequenas mas valiosas elites locais, supõe que poderá imitar o que, segundo lhe contam, neles fizeram os seus irmãos de raça. Acontece apenas que, enquanto a Bélgica, a França e a Inglaterra, mesmo em plena era de euforia colonial, se esforçaram sempre por difundir o ensino entre as massas negras, facultando-lhes o acesso à cultura, o sr. Salazar, ao longo de 32 anos, tudo fez para manter os indígenas angolanos numa perpétua noite de ignorância. Daí, a diferença de perspectivas e de ambições que separa um filho de Ghana ou das margens do Congo de um negro de Luanda ou de Benguela. Enquanto os mentores espirituais dos primeiros estudaram em Eton e na Sorbonne ou nas universidades de Dakar ou de Leopoldville, os chefes dos segundos não têm do mundo civilizado outra visão que não seja a de estranhas cidades e extensas e prósperas fazendas onde o preto é sempre pobre e ignorante e o branco rico e autoritário. Enquanto um Nkrumah e um Houphouët Boigny buscam as soluções dos problemas dos seus países numa íntima e proveitosa cooperação com as antigas metrópoles, enquanto Ghana adota como idioma oficial o inglês e a Federação do Mali o francês, os líderes angolanos impuseram-se a si próprios como objetivo supremo a expulsão de 200.000 brancos (nascidos em Africa ou em Portugal) e a sua aversão a tudo o que lembrá Portugal é de tal ordem que os incendiários manifestos espalhados nas principais cidades são redigidos em dialeto quimbundo.

Atirar os europeus ao mar é a meta que o mais atrasado e pobre dos povos negros da Africa se propõe atingir. Na languida e próspera Luanda, a cidade das buganvilias, onde há bairros floridos que lembram o Estoril, e onde apenas 60.000 dos 200.000 habitantes vivem debaixo de telha, ninguém sorri, no entanto, da ameaça. Numa das últimas semanas de novembro, desfilou pelo centro de Luanda um camião conduzindo presos nativos algemados que entoavam um estribilho que deixou preocupados

todos os que presenciaram a cena: "Hoje somos dez, amanhã seremos cem e depois mil"... Pormenor sintomático: as atitudes moderadas dos intelectuais negros de formação europeia — a maioria homiziados em Paris — expressas nas colunas de "Presence Africaine" não encontram o menor eco junto das massas tribais da colônia e dos proletariados das cidades. O sr. Salazar colhe os frutos da sua política de segregação cultural. E, cego à tempestade de odios que se gera na sordida miséria dos muceques (1) e nas imensas florestas e savanas, insiste nos seus erros. Com um primarismo identico ao dos indígenas, opõe aos seus sonhos utópicos planos ainda mais utópicos. O proconsul que enviou para Angola — um antigo "factotum" de Santos Costa — esforça-se por eliminar à nascença todas as possibilidades de liberalização e de diálogo entre europeus e africanos. Ainda recentemente deu provas de autoritarismo lamentável ao anular arbitrariamente nas eleições para o Conselho Legislativo de Angola a candidatura regularíssima do engenheiro Falcão, que representava a oposição do círculo de Benguela. Mas em contrapartida, encarou muito favoravelmente a instalação na colônia da PIDE que, no vão intuito de captar simpatias, afirma "estar em Africa por causa dos pretos e não querer complicações com brancos, mesmo anti-salazaristas"... Os acontecimentos de Moçambique tornavam indispensável semelhante esclarecimento. Confirmando, de resto, a referida declaração, as prisões de africanos têm-se sucedido em ritmo alarmante. Mas a hipocrisia oficial atinge tais requintes que o governador, não obstante a intensa atividade da PIDE e a detenção em massa de africanos pertencentes à seita protestante dos "Tocos" — a mais respeitada na cidade — realizou agora uma visita de cortesia à "Liga dos Naturais de Angola", onde aliás, foi recebido em ambiente glacial. Não menos fria foi a acolhida dispensada pela população branca ao Ministro do Ultramar cuja comitiva foi apedrejada nas ruas de Luanda a quando da sua recente passagem por aquela cidade.

Neste ambiente carregado de nuvens sombrias, o fôssido da incompreensão e do ódio aumenta cada dia que passa. Daí a ansiedade quase patética com que a população branca de Angola acompanha a evolução da crise portuguesa. Das praças de Luanda aos planaltos da Huila, e das florestas de Cabinda ao deserto de Moçamedes, onde quer que haja um português ninguém desconhece que a presente tensão — clima de paz social lhe chamam em Lisboa — degenerará numa luta sangrenta, a menos que em Portugal assuma o poder um governo consciente das realidades africanas. Da resposta a esta pergunta: "quanto tempo durará Salazar?", depende algo mais do que a sorte de umas centenas de milhares de portugueses e de dez milhões de africanos. São a própria presença de Portugal no Continente Negro, todo o futuro de uma possível e bela comunidade de nações luso-africanas que estão em jogo. Angola e Moçambique podem continuar a falar português, ou antes podem aprender bem o português que tão mal lhes têm ensinado; mas, ao invés de entronearem na grande árvore lusiada, podem também, mercê do estado embrionário em que se encontram, vir a falar inglês, afrikander, francês ou vários dialetos africanos.

A marcha da história na Africa Portuguesa ao sul do Saara está a ser influenciada por inúmeros e complexos fatores. Mas o seu futuro imediato equaciona-se formulando uma interrogação: "Até quando não será tarde?".

(1) — Nome dado em Angola às favelas dos arredores das cidades.
(De "O Estado de S. Paulo", de 15-3-59).

AOS LEITORES DE "PORTUGAL DEMOCRÁTICO"

Remetam cada vez maior número de exemplares do nosso jornal para Portugal e seu Ultramar. Mandem-nos mais nomes de novos assinantes. Fundem grupos de "Amigos do PORTUGAL DEMOCRÁTICO" e ajudem-nos, por todos os meios, nesta missão em que todos nos empenhamos para libertar a nossa Pátria das garras da ditadura.

colônia está dividida); trata-se de um "affaire" em que o nome do Brasil, a sua compostura, a sua honra e o seu prestígio como Nação estão em jogo. A Câmara e o Senado devem entrar sem demora em ação!

Octavio Malta

Fiquemos de pé em Portugal

O embaixador Alvaro Lins está honrando em Lisboa as melhores tradições da diplomacia brasileira. Prestigiá-lo, no momento, é um dever do nosso governo e da verdadeira opinião democrática do Brasil.

O ilustre escritor patricio, já em outra ocasião, quando o jornalista Domingos de Lucea Junior, a serviço das "Folhas", foi expulso de Portugal, teve destacada atuação em favor daquele profissional a quem a ditadura de Salazar negava o direito de informar-se e transmitir noticiário para São Paulo. Fiel à melhor legenda do Itamarati, s. exa. jogou o prestígio do seu cargo e da sua pessoa para proteger inclusive a vida de um reporter brasileiro, que apenas queria conhecer e divulgar a verdade.

Agora, no episódio Delgado, o embaixador garante asilo ao politico vencido, pelo menos nominalmente, nas últimas eleições portuguesas e que tem a sua liberdade tolhida em Portugal. Garantiria asilo também a Salazar se este amanhã viesse a ser o foragido a perseguições de novo situacionismo. Está desempenhando na Europa o grande papel americano de amor à liberdade e de assistência aos perseguidos e injustiçados. Está transmitindo à pátria-mãe uma alta mensagem de civilização.

É possível que o governo brasileiro, sensível a conveniências diplomáticas, tenha de retirar o embaixador em Lisboa, que caiu no desagrado da ditadura de Salazar — fato que aliás somente poderá honrá-lo. Mas que prestígio "in totum" a sua conduta, pois seria uma vergonha para o Brasil desenvolver um asilado político às mãos facanhudas de uma das mais policiaes ditaduras existentes hoje no mundo.

Qualquer que seja o desenlace, o embaixador Alvaro Lins estará de pé. Esperemos que o governo, exprimindo o Brasil democrático, também se mantenha nesta posição viril.

("Folhas", 19-3-59)

Lins e Rocheta

Dois jornais desta praça estão atacando o embaixador Alvaro Lins, dizendo que ele é um maluco, e não devia ter dado asilo ao general Delgado. Se o Lins é maluco (acho que não), sua maluqueira

nesse caso deu certo, e o Itamarati lhe deve o mais decidido e firme apoio.

Estou escrevendo isso porque Medeiros Lima e Paulo Silveira dão conta de manobras destinadas a levar o governo brasileiro a recolher o seu embaixador.

Ora, a notícia que se tem de Lisboa é que o embaixador Alvaro Lins está com seu nome riscado da lista de todos os convites oficiais, com os telefones censurados, e a policia à porta. Se isso é verdade, o que o Itamarati deve fazer com o máximo de urgência é "esfriar" aqui o Rocheta, aplicando-lhe exatamente o mesmo tratamento que nosso embaixador tiver em sua terra. No lugar disso vemos que ele teve a honraria especial de ser convidado para o almoço de pouquíssimos talheres oferecido à Duquesa de Kent em uma residência em Petrópolis.

Nem se diga que o dono da tal casa podia convidar quem quisesse; o almoço foi parte do programa oficial da recepção. Se é verdade o que se diz sobre a situação de Alvaro Lins em Lisboa, nem a recepção no Itamarati o Rocheta deveria ser admitido. Ele representa um governo que está agindo para com o nosso com a maior grosseria, sem motivo algum, apenas pelo ódio a um opositor politico. Não é o povo português que ele representa, mas uma ditadura policia que já deixa esse povo se manifestar livremente.

Se o Itamarati não quer fazer sentir essas coisas ao embaixador de Salazar, nem por isso a opinião democrática brasileira deve silenciar.

O embaixador Alvaro Lins é neste momento o representante não apenas do governo brasileiro mas das melhores tradições de dignidade de nosso povo. O general Delgado está asilado sob nossa bandeira, livre das garras de uma policia assassina que já torturou e matou milhares de portugueses; ele é, por isso mesmo, um hóspede de honra.

Nosso embaixador não interferiu de modo algum na politica interna de Portugal; fez o que outros embaixadores do Brasil fazem, por principio e tradição de humanidade, em tantos outros países do mundo. Ontem mesmo chegaram aqui politicos partidários de Batista que tinham procurado asilo em nossa Embaixada de Havana, onde antes haviam se asilado seus adversários. Em Buenos Aires já abrigamos na Embaixada, com diferença de dias, anti-peronistas e peronistas. Nenhum incidente tivemos com o governo argentino ou o cubano. A teimosia rancorosa e estúpida de um ditador decadente é que criou esse impasse em Lisboa.

(Rubem Braga, "Folhas", 15-3-59).

O exército e a necessidade de reforma da sua Constituição

SANTANA MOTA

Se os exércitos permanentes já constituíam no princípio deste século um remanescente anacrónico do absolutismo monárquico, hoje, com a descoberta e a aplicação que se vem dando à energia nuclear no campo dos engenhos bélicos, não vemos que outra utilidade possam ter senão a de embasacar o indígena em dias de parada, viverem na madraça à custa do que ele produz e obrigarem-no a obedecer ao grupo que está de cima.

Digam-nos, por exemplo, que garantia de defesa nos podem oferecer os milhares de homens que o Estado português mantém na ociosidade mediante mais de um terço do orçamento nacional — mesmo equipados com os tanques e canhões que o Estado compra a prestações nos países que os fabricam — num mundo onde uma simples bomba atómica os pode reduzir, a eles e aos que eles defendem, a massa de chouriços?!

Há luxos a que um país pequeno é pobre como o nosso não se pode entregar sem comprometer gravemente a própria vitalidade. Esse de nos dessangramos em impostos para nos darmos a ilusão de possuir um exército que nos defenda, quando na realidade nos oprime, é daqueles que qualquer governo sensato que suceder à "coisa" que lá está não pode deixar de considerar com atenção. Mesmo nos moldes clássicos que a energia nuclear tornou obsoletos, cremos que a ninguém pode restar a mais pequena dúvida sobre a vulnerabilidade e a fraqueza de um exército que precisa de recorrer à indústria estranha para se abastecer e se equipar. Melindrem-se ou não os ufanistas das nossas glórias militares, a verdade é que o exército português, sem uma indústria nacional que o equipe e a cobertura de uma economia próspera, nunca poderá deixar de ser o que já eram os alferes para Junqueiro: "o encanto do inimigo e o terror das mulheres". A prova mais eloquente da sua fraqueza e da sua inutilidade como força permanente tivemos-la no último conflito mundial, quando ele se revelou inteiramente incapaz de fazer respeitar em Timor e nos Açores a pseudo-neutralidade que o seu governo apregoara. Não se veja nisto o mínimo propósito de menoscar a valentia dos homens que lá estiveram. Mas de que vale a valentia a um exército que não tenha atrás de si uma indústria que o abasteça e uma sólida economia que lhe assegure a resistência?

Consideramos obsoleta, inútil e prejudicial, tanto do ponto de vista social como económico, a existência de um exército permanente em Portugal porque, além de fator de perturbação e de instrumento de prepotência política, não vemos que ele possa servir para mais nada do que exaurir o país dos recursos essenciais ao seu fortalecimento. Se é absolutamente indispensável que a Nação disponha de uma força que lhe garanta a soberania e a integridade das fronteiras, parece-nos haver processo de a conseguir sem tanto sacrifício de liberdade e de dinheiro. Mantenha-se a obrigatoriedade de todo o cidadão válido se sujeitar à instrução militar, mas submetam-no a esses exercícios sem o desviarem das suas atividades de estudo ou de trabalho e sem forçar o resto do país ao encargo de o manter na ociosidade.

Se não nos enganamos, houve nos primeiros anos da República uma tentativa desse género. Aos domingos e feriados deslocavam-se sargentos ou sub-oficiais a certas freguesias e ministravam duas ou três horas de instrução e de exercício aos cidadãos previamente convocados pelas respectivas Juntas. O método não vingou e foi pena. Porque nele, e não no enclausuramento por mais de um ano de milhares de cidadãos que se distraem dos deveres do trabalho e da família, é que estaria a forma económica, eficiente e racional de premunir o país com uma força efetivamente capaz de o defender, e não, como presentemente sucede, de o sugar e sujeitar à arbitrariedade dos tiranos.

A economia que naturalmente resultasse da supressão desse encargo para o orçamento nacional, poderia o Estado encaminhá-la para o fomento da indústria, que em tão lamentável atraso se mantém em relação à dos demais países, e na criação e amparo de ins-

titutos de pesquisa científica, campo praticamente inexistente naquele deserto de idéias e saber. As guerras, já não se preparam nos quartéis nem se fazem nos campos de batalha: preparam-se nos laboratórios de química e de física e travam-se com foguetes teleguiados entre frentes separadas por milhares de milhas. É verdade que parece haver em Portugal uma Comissão de Energia Atómica. Mas a avaliar pelas declarações de um professor do Instituto Superior Técnico, alfobre dos cientistas que hão-de servir a Comissão, duvidamos que esta esteja mais adiantada no estudo da energia nuclear do que o estão os governantes sobre os problemas do país. Essa "sumidade científica" não teve pejo nem vergonha de nos humilhar cá por fora com a enunciação de conceitos que fizeram rebolar de riso os próprios leigos. Para o homenzinho, a colocação de um satélite artificial na órbita terrestre pareceu-lhe de tal maneira inconcebível que fez questão de convocar as agências telegráficas para lhe espalharem a dúvida por todos os jornais do globo. E isto na mesma hora em que todos os países interceptavam as transmissões do aparelho e as mesmas agências transmitiam o entusiasmo dos grandes sábios do mundo! Só um cientista português se permitiu duvidar, ele que possivelmente não duvida dos milagres de Fátima nem do génio administrativo do seu "chefe". E até onde pode chegar o abuso de cobrir de ridículo um pobre povo indefeso...

Mas voltemos ao caso do exército. Não falará, certamente, na própria oposição, quem discorde da nossa tese e a considere, até, pouco feliz e oportuna. Esses, possivelmente, ainda se embalam na enganadora esperança de que é do exército que há-de surgir o movimento libertador do país, como saíram, vai para 33 anos, as algemas que lhe puseram. Se é essa esperança que os leva a reprovar-nos, apressamo-nos a advertir-lhes do seguinte:

Em primeiro lugar, é à persistência com que se têm aferrado a essa esperança que se deve a circunstância daquele regime se manter em Portugal há mais de trinta anos. Sobretudo a esperança de que só os oficiais de alta patente, como os generais e os coroneis, podem garantir o triunfo de um movimento revolucionário. Nada mais ingénuo. É tão difícil aliciar a uma insurreição um general ou um coronel, como atrair a um movimento socialista uma alta figura da finança ou da indústria. As revoluções, tenham elas o carácter que tiverem, não podem nunca cheirar bem a quem tem mais que perder do que a ganhar com elas. Um general, por exemplo, é um homem que atingiu na sua vida profissional o mais alto posto e o maior soldo que a hierarquia militar reserva a um soldado. Pretender que ele se arrisque a perder tudo, a sacrificar o seu sossego e o da família, para se colocar à frente de um regimento com o abnegado intuito de oferecer aos democratas um governo liberal e aos trabalhadores um regime de mais justiça, é exigir demais do egoísmo inerente à natureza humana. A circunstância de o 28 de maio ter sido chefiado por generais em nada altera ou refuta o que afirmamos. Primeiro, nada prenunciava o seu malogro. Em segundo lugar, o movimento foi feito contra um regime cuja descendência e tolerância se haviam experimentado já com o fracasso de sublevações idênticas. Se aquela abortasse por sua vez, não havia de ser por isso que o Gomes da Costa, Carmona e outros generais iriam perder os postos e respectivos soldos.

Hoje, o caso é infinitamente mais sério. Sublevação abortada significa automaticamente a miséria, a prisão e toda a série de vinganças capazes de alquebrar o ânimo dos mais intimora-

los. Dai o descontentamento lavar no meio da tropa, mas não haver um só oficial que se aventure a soltar o grito de revolta. Dizem os corifeus salazaristas que o Estado Novo acabou com as sublevações que caracterizaram os quase dezesseis anos de República. Pudera! Tivessem os governos daquele período usado para os insurreitos militares as mesmas medidas que o de hoje adota com relação aos que discordam dele, e não haveria general tão "patriota" que se arriscasse a comprometer o pré para elevar à governança os homens que lá puseram.

Mas ainda acresce outra razão de não menor importância: a conveniência, para o país, de se acabar de uma vez por todas com as intromissões da tropa nas soluções políticas. Por *tropa*, evidentemente, queremos significar os que dela fazem uma profissão e uma carreira, isto é, exatamente aqueles de cuja ação alguns oposicionistas esperam a sublevação libertadora. Aquilo que reprovamos nos nossos adversários, não se concebe nem perdão do que queremos para nós. A situação que hoje vivemos resulta precisamente de os políticos portugueses se terem habituado a contar mais com a tropa para o triunfo dos seus pontos de vista partidários, do que com a opinião do povo a quem esses pontos de vista se destinam. Reprovamos e continuamos a reprovar o comportamento do exército, não porque ele se nega a desfazer o erro que praticou, mas por perseverar nesse erro através da cobertura que oferece a um regime que a consciência portuguesa repudia. Não queremos que o exército saia dos quartéis para destituir do poder os homens que lá estão; pretendemos que ele se mantenha quieto do mesmo modo quando a Nação por si mesma os quer destituir. Só isso. Para maior garantia do futuro regime democrático é preferível, até, que os militares de carreira nada tenham a haver do movimento que acabar com tudo aquilo, pois menores serão as contagens que ao futuro governo se apresentarão para pagamento...

Referimo-nos aos *militares de carreira*, pela necessidade que há de os distinguir dos que só temporária e provisoriamente participam do exército. Estes últimos, que são os milhares de soldados e milicianos que anualmente se despegam das suas ocupações civis para ajudarem o Estado a manter em obediência os civis que estão cá fora, constituem a única força com que é legítimo contar para a libertação do país. Mas já houve, porventura, quem se lembresse de recorrer a eles para devolver ao país a liberdade que lhe tiraram? Houve um, efetivamente, que por sinal apodaram de doído para se desculparem da traição que lhe fizeram. Esse um foi o capitão Fernando Queiroga, que, em seu livro "Portugal Oprimido", corrobora inteiramente a opinião que já tínhamos, isto é, que é possível a um punhado de homens decididos e valentes articular e sublevar as forças necessárias ao empurrão que "aquilo" reclama. A marcha de Cavalaria 6 até à Mealhada prova-o de maneira irrefutável, do mesmo modo que irrefutavelmente confirma a tese que expendemos de que não é com oficiais de alta patente que um movimento daquele carácter se organiza. O malogro da tentativa de Queiroga partiu exatamente dos medalhões militares que os articuladores do levante quiseram à viva força arrastar para a sua causa. Um teve o desplante de exigir mil e quinhentos contos pela cooperação que lhe pediam; outros, como o almirante Cabeçadas, retrairam-se miseravelmente na hora solenemente marcada para secundarem a sublevação do Porto.

(Continua na pg. 7)

LEITORES DE LISBOA, DO PORTO, DAS CIDADES E ALDEIAS DE PORTUGAL E DO ULTRAMAR

Este jornal é feito para vós; quanto maior for o número dos que o lerem maior será a nossa satisfação e maior o serviço prestado ao País.

Opiniões insuspeitas

Sarmiento Pimentel

Acreditem se quiserem: esta não é uma simples opinião, mas uma informação insuspeitíssima dum dos mais inteligentes servidores do Estado Novo, e que muito deve calar no espírito dos comentadores alfabetizados, fimoneiros da caravela que na Guanabara hesteia o pendão do salazarismo.

O deputado José Saraiva, (nada de confundir com o professor ilustre e grande democrata Dr. António José Saraiva), informou os seus colegas daquela confraria de papagaios que usa o nome pomposo e falseado de "Assembleia Nacional", como vai correndo a traquitana da Instrução na quinta de D. António, o fônas, da qual o dito Saraiva é zeloso procurador *in partibus*.

Pois sua senhoria saiu-se com esta desabafada verdade: no livro aprovado para o ano letivo de 1959, onde os alunos da 4.ª classe (última do curso de Instrução Primária) vão aperfeiçoar a leitura da letra de fôrma e os rudimentos da educação fascista, há esta notável e eloquente passagem: — à frente do grupo de verdadeiros patriotas que conduzem a Nação está o Presidente da República, Sr. General Carmona".

O triste Craveiro e frei Tomaz, é como se nunca tivessem existido. Foram e continuam sendo figuras tão apagadas, que pôr-lhes os nomes nos livros didáticos era incutir na memória da meninada aquela certeza de que um e outro estiveram no Palácio de Belém vestidos da vistosa função de... porteiros fardados, pois quanto a presidirem, nem a Junta de Paróquia onde o patrão lhes fixou residência. Assinar de cruz e dizer amém, sim senhor, já que para tanto o ordenado compensa. Agora a Presidência honorária da República, essa continua com o general Carmona, visto que efetivo no cargo, este, está e continuará até breve o dono e senhor Salazar.

E de amargar aquele Zéinho das Saraivas com estas pequenas e impertinentes revelações sobre a Instrução de Portugal, e por sua causa ainda me arrisco a ser Chamado à pedra pelos patriotas das Vozes — a di cá e a di lá!

E senão, vejamos: na Assembleia onde botou falação acerca das escolas (Vid. Diário das Sessões de 28 de outubro de 1958) desmente os números de professores e regentes que eu dei nesta coluna do mês de fevereiro. Entrego os pontos, e vou retificar antes que as Vozes me zupem com aqueles nomes feios de trazerem por casa.

Certos, e mais eloquentes são os números que o Saraiva das arábias, ou das araras, colheu sem dúvida nas estatísticas oficiais e transmitiu aos seus colegas psittacideos.

Mas antes de continuar, quero justificar o emprêgo do vocábulo arrevesado da família zoológica, que me veio ao bico da pena. Procurando ser justo, não quis medir pela mesma razoura papagaios e periquitos, como tinha feito logo no princípio desta prozinha mambebe, pois na fauna legislativa do Estado Novo, alguns dos palradores são tão pequeninos de inteligência e escrupulos, que era mesmo ofensa gratuita chamar-lhes papagaios.

Continuando, dizia o deputado José Saraiva: "no fim de 1917 estavam sem professor 4030 escolas e 1209 postos considerados necessários; estavam ao serviço cerca de 7000 regentes de postos de ensino, e destes, 1231 colocados em lugares que deviam ser providos por professores".

Por outras palavras: *sem professores primários, havia naquela época 5239 escolas.*

Eu tinha dito que eram 4500. Regentes, apresentei a falta de 1250, que oficial é de 1209. Devo ainda esclarecer que os regentes são, na sua maioria, tão letrados como aqueles dos nossos comandadores que se julgam sábios da Grécia.

Feitas as contas, pelo menos 200 mil portugueses da Metrópole ficaram sem escolas no glorioso ano de 1957, que foi aquele da visita do General Craveiro ao Brasil para apreguar as excelências do Estado Novo e pôr nos cornos da Lua a estupenda obra nacional do

presidente Salazar. Ou será que isto de ler, escrever e contar é só para os meninos da Legião?

ATENÇÃO A FEDERAÇÃO DAS ASS. PORTUGUESAS DO BRASIL

Portugal faz parte, como membro efetivo, da O. N. U.

Pois a Assembleia Geral da O. N. U., meus ilustres e pouco esclarecidos patriotas, reunida em Paris, no Palácio Chaillot, aprovou em 10-12-948 a "Declaração Universal dos Direitos do Homem", que todos os seus membros são obrigados a respeitar.

Dessa declaração, diz o

Art. 13.º — (I) — Toda a pessoa tem direito a circular livremente e de escolher a sua residência no interior de um Estado.

(II) — Toda a pessoa tem o direito de abandonar qualquer país incluindo o seu, e de regressar ao seu país.

Art. 14.º — (I) — Perante a a perseguição toda a pessoa tem o direito de procurar asilo e de beneficiar dele noutros países.

O Comité dos Intelectuais Portugueses denuncia o terror salazarista

Em 25 de março findo, o Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão destruiu à Imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro o seguinte comunicado:

"Contrariamente ao que alguns artigos e comentários isolados vindos a público no Brasil pretendem fazer crer, o estado de decomposição da ditadura portuguesa tem-se acentuado nas últimas semanas de forma sensível.

Após os casos internacionais criados com o asilo dos srs. General Humberto Delgado e capitão Henrique Galvão nas embaixadas do Brasil e da Argentina, o governo do sr. Salazar, desorientado em face do rumo dos acontecimentos, deu instruções à policia política (PIDE) para iniciar uma campanha de repressão tendente a eliminar do combate ao "estado novo" os elementos mais ativos da Oposição e, em especial, os membros do Clero e das Forças Armadas que têm formulado publicamente críticas ao regime.

Conhecedor do ambiente de terror que reina em Portugal — a repressão assume aspectos de uma violência sórdida que excede tudo o que seria de esperar — este "Comité" sente-se no dever de vir denunciar os crimes ultimamente cometidos pelo governo do sr. Salazar, tornando públicos os nomes de algumas das muitas vítimas que, presentemente, enchem a transbordar os fortes de Peniche e de Casxias, a Penitenciária de Lisboa, os Aljubes de Lisboa e do Porto, o Limoeiro, e outros presídios salazaristas. Entre essas vítimas figuram, além de outros sacerdotes, o padre Perestrelo de Vasconcelos, capelão da marinha; os maiores Alvarenga e Fernando Bomba, este último ex-comandante da policia de Goa; capitães Pastor Fernandes, professor catedrático da Escola do Exército; e Carlos Vilhena; Manuel Serra, jornalista e diretor da "Juventude Operária Católica"; os economistas drs. Cá da Costa, Costa Leal, Ulpiano Nascimento, Vilela, Esteves Belo, Guedes Lebre, Falcão, Acacio Figueiredo e outros; os dirigentes operários Jaime Serra, Joaquim Gomes, e Pedro Soares; Aida Paula, Maria da Conceição Paula, Maria da Piedade Gomes, Adelia Terruta, Alice Leal (e um filho de um ano!), Maria Luísa da Costa Dias, Agostinho Saboga e Lucinda Saboga.

Esta vaga de prisões, ao invés de amedrontar a população, determinou em Lisboa um ambiente de profunda revolta bem expressa no manifesto com 100 assinaturas, enviado ao sr. Salazar pelos vultos mais representativos da inteligência portuguesa, convidando-o a abandonar o poder. Entretanto, como reação, o governo fez saber, aos representantes da imprensa estrangeira, que a depuração no seio das Forças Armadas e da hierarquia da Igreja ia prosseguir nos próximos dias. Antecipando-se à PIDE, um distinto oficial do Exército, o major Luiz Calafate, informado de que ia ser detido, refu-

(Continua na pg. 7)

Ainda o caso do Gen. Delgado

GUSTAVO CORAÇÃO

Entre os escritores brasileiros que desde a fraude eleitoral de Junho se vêm salientando pelo desassombro e insistência com que denunciam a opinião os abusos e as violências cometidas pelo governo ilegal do sr. Salazar, Gustavo Corção — por muita gente considerado o primeiro homem de letras do Brasil — ocupa um lugar à parte. Rara é a semana em que nas colunas do "Estado de S. Paulo" ou do "Diário de Notícias", o autor de "Lições de Abismo" não vergasta impiedosamente os verdugos do povo português. Como homenagem ao grande escritor e amigo de Portugal, transcrevemos, por isso, separadamente o primoroso artigo que publicou no passado dia 21 em "O Estado de S. Paulo".

"Há de tudo; e houve um jornalista que teve a audácia, ou o descoco de dizer que aquilo que ele chama governo português já tem o direito de estar impaciente conosco por causa da teimosia do sr. Alvaro Lins. O fato é que o asilo dado ao general Delgado criou um impasse, e como nós sabemos não há pior inimigo da diplomacia do que a situação que só pode ser resolvida com um gesto desabrido, com uma loucura e com alguma dose de heroísmo. Na minha opinião, o sr. Alvaro Lins está convidado pelas circunstâncias a usar o melhor de si mesmo para enfrentar os piores fenômenos que se exprimem na mesma língua em que chorou Camões. Todos nós, democratas, cidadãos amantes da normalidade e da decência, estamos em contacto de simpatia com o embaixador brasileiro em Lisboa, embora por mais de um motivo tenhamos divergido do jornalista e do académico Alvaro Lins. Todos nós torcemos para que a fibra nordestina do embaixador não ceda um milímetro diante da teimosia do governo português, e seja capaz de levar seu brio de brasileiro até a perda do cargo e do prestígio junto ao governo do sr. Juscelino Kubitschek. Todos nós, em suma, estamos ansiosos por ver nosso embaixador sustentar, por seus atos, que mais vale a decência da palavra mantida do que o mais brilhante cargo do mundo. Todos nós, disse eu; mas agora tenho de fazer os tristes e vergonhosos descontos: todos menos alguns, ou pelo menos um brasileiro que também é embaixador e também se julga jornalista. Esse diz que o governo português devia ser atendido por nosso embaixador, ainda que com traição à palavra dada, e acrescenta, no seu peculiar estilo, que não entende a dificuldade do sr. Alvaro Lins. "Por que se recusa o embaixador do Brasil a dar crédito à palavra do governo de Portugal? Quais os antecedentes ferozes e irremediáveis que autorizam a brutalidade de nossa negativa em ungar de confiança o compromisso que ele se propôs tomar de ou deixar solto e pacato, na rua, o general Delgado, ou consentir que voluntariamente se exile dando para esta alternativa o visto indispensável do seu passaporte? Por que haverá o Brasil de imolar o respeito que sempre mereceu a santidade da palavra dos governantes dos Estados cuja ação internacional se regula pelas normas de uma ética austera?"

Ninguém entende porque é que o governo português, se quer realmente deixar em paz o general Delgado, faz questão de conseguir esse resultado a custa de um desprimor brasileiro. Se é verdade o que dizem as lusitanas autoridades, porque diacho necessitam de um récuo do sr. Alvaro Lins? Se não gostam dele que digam, mas o que não se entende é a teimosia de quem quer ter razão a custa da baixeza do outro. Torno a fazer o desconto: quando digo que ninguém entende estou esquecendo o brasileiro que é embaixador e jornalista e que entende maravilhosamente a necessidade de faltar a palavra e a naturalidade com que se comete uma baixeza. E entendendo tão pouco. Além disso convém assinalar na passagem citada, que foi tirada de uma transcrição de "O Jornal", de 12 de março último, a estranha deferência, a quase adoração que o jornalista tem por um governo que ultraja os jornalistas. Para mim, democrata, amante da liberdade e da normalidade, os se-

nhores que tomaram de assalto o governo de Portugal, não são governos, não representam o povo português, e não merecem crédito. Um dos postulados fundamentais da democracia é a necessidade da imprensa livre, e um dos corolários é a recusa de crédito dado ao governo que de seu próprio povo recusa a colaboração corretiva e fiscalizadora dada pela livre opinião. Governo totalitário não merece crédito. Seja fascista ou comunista a corrupção, seja de direita ou de esquerda a desumanidade, temos nós o dever de negar crédito a quem recusa a forma mais efetiva de controle, que é a quele exercida pelo próprio povo. Não digo que o sr. Alvaro Lins alegue essas razões. Sua posição é delicada, e a meu ver falsa, porque ele começou por admitir, ou fingir admitir que seja o governo a ditadura que abusa dos portugueses. Pelo meu gosto não tínhamos aqui embaixador deles nem enviámo-los nós o nosso até que se liberte o infeliz povo português. Neste ponto estou com o capitão Fernando Queiroga que, conforme diz Adolfo Casais Monteiro, lembrando o Eça de todos nós, não teve o cuidado de lançar "o manto diafano da fantasia sobre a nudez" escrofulosa do regime que agoniza em Portugal, Adolfo Casais Monteiro refere-se ao livro "Portugal Oprimido" recentemente publicado no Rio de Janeiro pela editora Germinál. Recebi o livro do cap. Queiroga, ainda não pude lê-lo todo, mas estou de acordo com a necessidade de alguma violência, de alguma coisa brusca que precipite a agonia do regime que envergonha os povos de língua portuguesa. Se o autor não leva a mal confessarei que talvez não leia seu livro todo por já estar mais do que convencido da malignidade dos regimes ditatoriais. A experiência do mundo, nos últimos anos, e

mais o apriorismo a que se tem direito quando se vê ofendida a natureza do homem, bastam-me e dispensam-me de procurar maior cópia de injustiças e de perseguições mais ou menos ignóbeis praticadas pelas polícias de todas as ditaduras. A gente precisa graduar a indignação, principalmente quando a tendência natural já é talvez um pouco exagerada; mas a quem esteja a léguas da realidade ou julgue o regime salazarista pela limpeza das ruas no centro de Lisboa ou pela moeda forte, a esses recomendo a leitura do livro que tem sido recomendado insistentemente por Adolfo Casais Monteiro nas colunas de "O Estado de S. Paulo".

Devo talvez uma explicação suplementar ao leitor. A opinião que externo a respeito do regime que infelicitava moralmente o povo português não é ditada por um sentimento de "partidarismo", como diz o embaixador-jornalista que se admira da teimosia do sr. Alvaro Lins. Não. Grave bem o leitor português que não se trata de "partidarismo" e sim de humanismo, de filosofia e até de religião. Nunca escreverei com vivacidade atacando este partido ou defendendo aquele outro dentro da política francesa ou americana. Seria levar longo demais a intromissão em casa alheia. Há inúmeros problemas políticos, colocações políticas que transbordam os limites nacionais e interessam ao mundo inteiro. Assim como o assassinato ou o estupro praticado numa casa rompe seu direito à inviolabilidade, assim também o desumanismo totalitário há de ser um dia universalmente reconhecido como criminoso e antinatural; e há de ser, nesse futuro de sonho, devassada por uma junta internacional a nação que praticar o delito contra os direitos do homem. Para isto trabalhamos, aqui e além-mar.

O Comitê dos Intelectuais Portugueses escreve ao Presidente da Venezuela

Logo que tomou conhecimento do pedido de asilo apresentado pelo major Calafate ao embaixador da Venezuela em Lisboa, o Comitê dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão, enviou ao Presidente Romulo Betancourt, por intermédio da Junta Patriótica Portuguesa, de Caracas, a seguinte carta:

Senhor Presidente da República da Venezuela

Excelência:

Não poderia este "Comitê", que no Brasil tem desenvolvido intensa ação, no sentido de esclarecer honestamente a opinião pública acerca da verdadeira situação em Portugal, deixar de se dirigir a Vossa Excelência, na oportunidade em que um oficial das Forças Armadas lusas (o terceiro caso num curto lapso de tempo) pede asilo político a um país amigo e democrático, e escolhe a Embaixada da Venezuela em Lisboa, solicitando-lhe proteção e abrigo, em virtude da perseguição que lhe estava movendo a "gestapo" de Salazar.

Segundo os telegramas das agências telegráficas internacionais, o embaixador da Venezuela na Capital portuguesa já concedeu o asilo pedido pelo comandante Luiz Cesarini Calafate. Antecipadamente certos de que o ditador Salazar oporá as costumeiras dificuldades em vista da concessão do salvo-conduto; sabendo que o Governo democrático a que Vossa Excelência tão dignamente preside não hesitou proteger um cidadão português perseguido, embora a decisão lhe traga, inevitavelmente, dissabores, já que será impossível qualquer espécie de diálogo com o ignominioso regime de Salazar, — o "Comitê dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão", que tem a honra de ser, neste momento, o porta-voz de todos os portugueses livres, já que nas circunstâncias presentes os portugueses não podem, na sua Pátria, manifestar

abertamente as suas opiniões, vem, desde já, agradecer a Vossa Excelência o nobre gesto que o Governo da República da Venezuela assumiu, nesta hora dramática da vida portuguesa.

Para o Governo que Vossa Excelência chefia e para o heróico Povo da Venezuela, que respira entretanto o sopro magnífico da Liberdade, aqui deixamos bem expressa e profundamente sentida a comovida expressão de todo o Povo de Portugal que luta desesperadamente para quebrar as grilhetas em que Salazar o envolveu há mais de trinta anos.

Ainda que os portugueses da Venezuela, agrupados em volta da "Junta Patriótica Portuguesa", possam ter agradecido a Vossa Excelência a democrática atitude do Governo venezuelano, este "Comitê" reitera esse agradecimento, interpretando o sentir dos portugueses do Brasil, na certeza de que representa a opinião real e sincera de todos os portugueses.

Para Vossa Excelência, portanto, para o Governo da Venezuela e para o nobre Povo venezuelano, o reconhecimento dos portugueses livres. São Paulo e Rio de Janeiro, 25 de Março de 1959.

O "COMITÊ DOS INTELECTUAIS E ARTISTAS PORTUGUESES PRÓ-LIBERDADE DE EXPRESSÃO".

(João Sarmiento Pimentel, Oficial do Exército), Adolfo Casais Monteiro (escritor), Agostinho da Silva (professor universitário), Armindo Blanco (jornalista), Carlos Maria de Araújo (jornalista), Carlos Cruz (engenheiro), Carneiro Franco (ex-deputado), Cláudio da Cunha (oficial do Exército), Fernando Corria da Silva (escritor), Fernando Lemos (pintor), Fernando Queiroga (oficial do Exército), Francisco Lopes (industrial), Francisco Sarmiento Pimentel (oficial do Exército), João Sarmiento Pimentel (oficial do Exército), Joaquim

(Continua na pg. 6)

Portugal não vem à Bienal de São Paulo

Por Fernando Lemos

Desde a I Bienal de Artes Plásticas do Museu de Arte Moderna de São Paulo que Portugal se faz presente. Nunca o fez nas devidas condições, o que se deve ao fato de não ter entendido o que representam mostras dessa espécie. No entanto, umas vezes melhor e outras pior, sempre compareceu.

Na I Bienal resolveu o SNI (entidade responsável por essas atividades) enviar alguns dos mais lambidos académicos, naquela solene incompreensão que a mentalidade oficial portuguesa alimenta pelos fenômenos modernos, tanto da arte como de outras atividades. E os organizadores da mostra resolveram nem sequer pendurar alguns dos trabalhos, tal a vergonha que estes lhes provocaram. No que fez muito bem!

Nas outras três bienais, e depois de reconhecida a "gafe", resolveu o Secretariado Nacional da Informação convocar outra gente que não os medalhões consagrados, para assim se mostrar um pouco mais atualizado. Isso porque alguns funcionários daquele quartel da demagogia queriam por um lado, não deixar de atender mais logicamente às solicitações do Brasil e, por outro lado, agradar um pouco mais ao "patrão". Assim, com um certo cinismo, fingiram não estar a mentalidade oficial chafurdada no academismo naturalista, e trataram de convidar por vias particulares alguns jovens modernos, prometendo-lhes nada fazer de propaganda política sob pretexto da exposição e lamentando ao mesmo tempo e ainda cinicamente, que os pintores mais atualizados não andassem comparecendo às exposições anuais modernas nos salões do palácio da Praça dos Restauradores! E na esperança de que Portugal aproveitasse uma oportunidade de mostrar o que de pintura se estava por lá a fazer, todos os artistas, entre os quais o autor destas linhas, deixaram-se encaixotar pelos caminhos do SNI, a caminho do Brasil. A uma exposição internacional dessa repercussão, valia a pena ir, ainda que arriscando-se passar perante o resto do mundo por conivente com o governo do senhor Salazar.

Há que acrescentar que, talvez até 1945, havia ainda alguns nomes de intelectuais — que não vem ao caso mencionar mas que podem ser vistos em qualquer coleção da revista Panorama (orgão

oficial elaborado também pelo SNI) — colaboravam publicamente com as atividades culturais, trazidos pelo braço do inteligente mas malandro António Ferro. Por essa altura ninguém achava demais ou de menos ajudar ao mito dos trinta anos de cultura do espírito. Mas em 1945, por vias de umas eleições cômicas e vergonhosas, criou-se o problema de aceitar ou não fazer mais parte da confusão. E assim as coisas foram andando de recusa em recusa e a caminho da definição. No entanto, nas artes plásticas e sobretudo com a Bienal, isto é, com o exterior, sempre o SNI via a sua manha coroada de êxito, pois os artistas apareciam, num misto de vergonha e fatalidade, a deixar que as suas obras fossem embaladas e carimbadas pelo Ministério do Exterior, a caminho da grande bienal paulista. Por aí ficava toda a colaboração dada ao governo. À exceção de alguns artistas que se desinteressaram, só não veio ao Brasil quem não quis.

O cinismo não deixava de acompanhar os mordomos do senhor Salazar, e até aqueles a quem os escrevinhadores pagos para desmoralizar não deixavam de perseguir sempre que vinham a público expor as suas obras, se davam os mais carinhosos abraços no palácio da Foz quando lá iam fazer as suas inscrições para a bienal. Alguns artistas ameaçados pela polícia, outros demitidos do ensino pela acusação de serem oposicionistas, davam-se à humilhação de entrar naquele nojento palácio, apenas na esperança de que as suas obras vistas no estrangeiro pudessem ganhar um novo brilho, o que em casa não acontecia.

Já na III bienal, em 1955, durante os festejos do IV centenário de São Paulo, e quando o ditador mandou umas dezenas de cachorros da PIDE para acompanhar (?) quadros de Museus emprestados para a Exposição de História, a representação portuguesa foi feita às escondidas do senhor ministro da Educação. Este, porém, ao dar de mãos com um catálogo da exposição, fez alarde e convocou reunião dos seus funcionários responsáveis por aquela degradação: Proibiu então que daí por diante se voltasse a cair nessa indignidade: estragar a reputação secular do país, ao enviar para o estrangeiro aquelas manifestações obscenas e anarquistas! Mas toda a re-

presentação se encontrava já exposta no Parque de Ibirapuera e só foi possível recomendar ao delegado do governo junto da comissão dos festejos que não fossem distribuídos catálogos dentro do recinto. Também um artigo mandado por nós para um jornal português e sobre a Bienal, foi repudiado pela censura, pois o caso estava encerrado.

Entretanto as coisas mudaram. Mudaram para os dois lados. Pelo lado do governo e depois da farsa nacional criada em 1958, no período das eleições, e da qual todos temos conhecimento, julgou aquele por bem fazer uma ofensiva no exterior e dentro do país, facilitando exposições, abrindo portas e esquecendo as obscenidades artísticas dos tais modernos, pois o que se pretendia agora era mostrar ao estrangeiro que o tal Delgado e os intelectuais curados do medo, não passavam de dementes e palhaços, e que o homem de santa-comba-dão não era tão saloio assim — tudo deixava fazer e não perseguia ninguém por ser avançado.

Mudaram as coisas também do outro lado, ou seja no país. Perdido o medo e levantado o povo para a hora de pedir contas à quadrilha estado-novista, ninguém mais daria um passo a trôco fôsse do que fôsse que pudesse ajudar o governo a sair do lodo.

A V Bienal a realizar-se este ano, fez já o convite ao SNI, sugerindo agora que se organizasse uma sala especial do grande pintor português Amadeo de Souza Cardozo, falecido felizmente antes da era salazarista. Um nome desconhecido em Portugal mas que está a chamar a atenção da crítica francesa como um dos grandes do movimento cubista. Consta que também foi sugerido o nome de um crítico português, conhecido no Brasil e a quem se deve pelo grande conhecimento que dele tem, um bom trabalho sobre Amadeo de Souza Cardozo. As contas com este convite lá andou o Secretariado gemendo pedidos a vários críticos que, segundo nos constou, se recusaram. A recusa era esperada, pois a partir de 1958, o português perdeu o medo e espera a toda a hora que chegue ao fim a queda do apodrecido regime.

Só resta aos responsáveis pela cultura do espírito recolher alguns trabalhos manuais das crianças empalhadas pela mocidade

portuguesa, já que os pintores da situação andam distraídos com o lucro das feiras decorativas inventadas pelo sr. Ferro e para as quais ele soube levar alguns talentos para evitar que fizessem pintura mesmo, o que só poderia causar embaraços à sua doutrina populareza. O *tirolero erudito*, tal como esse ministro de propaganda espertalhão lhe chamou, não deu mais que uns desenhos torpes tirados aos movimentos do povo em atitudes de ballet adocicado e umas fitinhas cor de rosa a sair das mãos dos anjinhos com frases alusivas ao socêgo e ao bem estar que a "revolução nacional" proporcionava às famílias. E esse socêgo, mantido por uma forte polícia, parecia não deixar dúvidas a ninguém!

E é a hora de perguntar ao SNI e ao seu patrão, onde estão os artistas criados pelo "Secretariado Nacional da Informação Cultural Popular e Turismo".

A V Bienal está aí à porta. Portugal ainda não respondeu ao convite. A aflição deve ter chegado ao auge dentro dos solenes corredores "snistas". Quer o governo resolver a sala de Sousa Cardozo, mas quem a poderá resolver? Nunca ele se incomodou com tais coisas, nem sabe onde estão as obras. Ou se sabe, arrisca-se a fazer delas um conjunto mal compreendido e sujeita-se a uma crítica no Brasil que nada lhe deve agradar. Não podendo ser assim, qualquer conjunto, como nas bienais anteriores, resolveria a situação. Mas onde estão os artistas?

Aqui ficam estas palavras apenas como aviso. A esta Bienal Portugal não vem. Porque, ou não comparece, ou comparece com os nomes arranjados à pressa e colhidos entre as fileiras dos decoradores de quem até as cores já se acham desmoralizadas pela sem vergonha da ditadura. Ninguém as reconhecerá como de uma representação realmente portuguesa.

Estaremos aqui para avisar o público brasileiro — e a quem mais se possa interessar — por todos os meios que estiverem ao nosso alcance, de como foi feita a mentira e amarrada a verdade.

Entre o lamentarmos que Portugal esteja ausente, e o nos regozijarmos com isso, preferimos esta segunda atitude. É o que merece. Que o Brasil nos desculpe, mas Portugal está doente. Por isso não vem.

OS ARQUIVOS DA HISTÓRIA

Humberto Delgado responde ao Governo Salazar

(Continuação)

"Portugal Democrático" continua neste número a publicação do importante documento cujas perguntas e respostas serviram de base ao castigo aplicado ao general Humberto Delgado pelo governo fascista de Lisboa.

8 — E assim um capitão político esteve vinte e dois anos no Governo, em cargo civil, sendo promovido ao posto de coronel sem um dia de repartição ou quartel. E com insistência corre que obterá as estrelas do generalato sem mostrar a sua capacidade de comando de tropas. Política também da pior, pois ofende as raízes das instituições militares.

9 — São praticamente do domínio público, actividades político-militares de oficiais do activo, de parceria com os Presidentes da República, até com arranjos preliminares para uso da força.

10 — A palavra "subversivo" usada como substantivo e adjetivo apresenta-se actualmente em Portugal com semântica "sui generis". O seu uso e abuso considerava-se suspeito, em particular depois de 30 anos de cultura sistemática de um mesmo Governo, e de, até o outro candidato oposicionista, que se dizia ter a seu lado alguma gente afastada do centro político, ser considerado idóneo pelo Conselho de Estado. O último discurso do Chefe do Governo, a considerar a juventude em boa parte comunista, é sintomático.

11 — Houvera eu comodamente pactuado na execução do "exílio" para o Canadá, em vez de honestamente querer ficar para manter acesos os direitos dos eleitores que se consideram espoliados, e não teria agora cabimento este processo disciplinar. Outras infrações disciplinares não são sérias perante a real ética humana, ou o Governo tem algo na consciência. De qualquer forma revelei caráter — a primeira qualidade a exigir dum general. E de respeitar, pois os governos mudam e as forças armadas ficam.

12 — Quem levantou a ideia de um processo disciplinar foi o ex-Ministro Santos Costa que, pelo seu despacho de 17 de Maio, isto é, em plena campanha eleitoral, já me avisava que me iria punir. Isto, sem me ouvir antes, nos termos do art. 130 do R. D. M. Estava, pois, já decidido o caso.

Retoma-se agora com aspecto invulgar nos quesitos, aspecto que merece reparo.

13 — Sobre diversos vexames, afrontas e perseguições, levadas a efeito contra o signatário, pela PIDE, durante a campanha, com a cooperação, aquiescência ou indiferença dos camaradas chefes das Forças Armadas, no dia 2 do corrente, um portador do correio, meu assalariado, foi levado para a PIDE, que me apreendeu documentos de tipo puramente particular ou literário. Na PIDE estive sete horas. Correio meu, fechado, que levava, foi-lhe tirado, sendo-lhe devolvido só umas três horas depois, tempo exageradamente longo para a PIDE se limitar a verificar quem eram os destinatários.

Não vejo os camaradas do generalato, promovidos na gerência do anterior Ministro da Defesa, preocuparem-se com os factos narrados, afrontosos dos direitos e dignidade de um general cuja folha de serviços não é corrente. Vejo, ao contrário, a preocupação em aniquilá-lo com base em actividades que, se se podiam reduzir, nunca se podiam instantaneamente levar a zero, já que o Governo, ao contrário do uso em países democráticos, não me deu sequer um dia de licença para a campanha eleitoral. (No Brasil dão-se três meses em condições análogas). Há fechos de contas; há presos com meses de cadeia e as famílias na miséria; há interesses morais e materiais que a dignidade de um homem médio impõe se não despezem.

Quer resolver um processo de eleições que tanta gente afirma haverem sido escandalosamente roubadas, aniquilando e roubando, é remar contra a Moral, suscitar mais ódios, preparar cada vez mais o País para aquilo que se sente andar no ar e pode ser trágico.

14 — Apresentei em 3 do corrente uma exposição a S. Exa. o Ministro da Defesa, narrando fa-

tos referentes à ação vexatória da PIDE contra mim, general das Forças Armadas. Por aquela exposição manifesto desejo de ser informado se aquele departamento me deve ou não proteção como general, tanto mais que no documento dou conta da minha suspeita de que a PIDE pretende provocar-me para me levar a ato violento que justifique liquidar-me fisicamente em sua "legítima defesa" — sua, dela, PIDE. Se o departamento me não deve proteção, então não parecerá extemporâneo ou inadequado que eu tenha que resolver por meus meios os problemas que a PIDE provavelmente criará em obediência à onda de terror que se sente contra a Oposição.

15 — Do processo consta fotocópia de uma carta confidencial enviada a número digito de pessoas. Quer dizer: em Portugal vive-se de tal forma em regime de característica nazi, espécie de território ocupado, que até o correio de um general, escolhido pela oposição para Presidente da República, é aberto ou apreendido e serve de base para camaradas seus, generais também, procurarem apoio para o molestarem disciplinarmente. Prova é, também, do terror da Nação em usar o correio ou o telefone.

E tudo isto se passa, apesar da doutrina expressa no tribunal de Nuremberg em que se não aceitou a desculpa de estrita obediência dos altos postos militares para justificar os delitos que generais e almirantes praticaram, às ordens de um ditador louco, que o comité patriótico dos oficiais não conseguiu liquidar a tempo. Entre esses oficiais se contava um colega meu na NATO, hoje general em alto comando europeu, o que significa que certamente não é nem um imoral, nem um desequilibrado, nem um fútil ambicioso.

Aliás, à desobediência, no mar, de um grande, Nelson, se deve a vitória — origem do maior império contemporâneo; e à obediência animal, em Waterloo, de um pequeno Marechal, Grouchy, se deve a derrota de Napoleão, o Grande.

16 — Compreendo que a minha insistência e inconformismo com o roubo eleitoral, perturbe a consciência dos que, com altos proventos e honras, pretendem continuar a governar este País, com ar de sacrifício, para que o "Poder não caia na rua", depois de "trinta anos de cultura" dos mesmos. Mas entre esses reconhecimento e a colaboração sem reacção com o Senhor oficial averiguante ou quem o instrua, vai grande distância.

17 — Por documentos diversos, da minha autoria, eu disse que a PIDE exercia horribes torturas morais e físicas — estas apelidadas pelo Sr. Oliveira Salazar, que nunca as experimentou, de saftões; disse que, praticamente com desconhecimento das Forças Armadas, hoje pode haver prisão perpétua, com base em lei de 1956 anti-constitucional; disse que fui afrontosamente roubado nas eleições; falei de cemitérios e campos de concentração na carta ao Sr. Dr. Teotónio Pereira. Não há uma palavra nos quesitos a tentar saber se o que eu digo é verdade. Não, isso não parece interessar às autoridades militares, ainda quando seja verdade, como eu estou disposto a provar, quando e onde quiser. Se é verdade o que digo podia constituir atenuante para qualquer procedimento a haver contra mim. Na verdade, à ação de matar um homem que lance outro para a miséria, ou o assalte violentamente para o roubar não costuma aplicar-se a pena máxima. Guardadas as proporções e como imagem comparativa, surge neste processo algo de parecido com o homem a quem se insulta e rouba e depois ainda se lhe bate porque se não cala.

Com insistência corre a decisão da minha liquidação, através deste processo. A isso respondo com o que, tamanho, decorei na nossa história: "Morrer, mas devagar".

E ver-se-á que morro devagar se se continuar este processo, em vez de se entrar abertamente, com fator, na conciliação da família portuguesa, para o que, antes de mais, se tem de tomar contacto comigo, por vias delicadas com a cortezia e respeito que mereço como profissional das armas e representante de uma parte muito gran-

de do eleitorado. Fora disso, podem tentar-se as brutalidades, mas estas nunca mataram as ideias, mas as avivaram.

18 — Durante a última Grande Guerra, embora estranho à guarnição dos Açores, a pedido escrito de oficiais que dela faziam parte, tive de tomar as providências necessárias para se tirar o comando ao Brigadeiro Carlos Ramires, cujo comportamento, como comandante militar do Arquipélago, ofendia os interesses da Pátria e a ética militar. Caso grave para mim, dizia-se.

Pois ao primeiro contacto com o averiguante, logo tomei por escrito a responsabilidade, apesar de ter apenas a patente de major e de haver tenentes-coroneis envolvidos nos preliminares da insubordinação que se previa chegasse à violência. Puz a Pátria acima dos meus tremendos riscos pessoais, e dos regulamentos que só raramente comportam as exceções à regra geral da obediência, base indispensável da disciplina. Afinal, acabei por apenas ser punido, em confidencial, com uns dias de prisão que não cumpri, porque o procedimento disciplinar tinha prescrito ao haver passado mais de um ano sobre a pretensa falta.

No final da redação da pena dizia o Ministro de então que não me punia mais severamente atendendo a que eu tomara logo de início, sozinho, a responsabilidade do ocorrido, contando a verdade (sem envolver os camaradas) "revelando qualidades de caráter" (sic) que aquela entidade não podia deixar de tomar em consideração.

19 — CONCLUSÕES:

PRIMEIRA: trinta e seis anos de carreira dinâmica com punições e louvores a falarem do caráter, chegam para criar tradição no que respeita ao gosto pelas responsabilidades, levado ao ponto de tomar as que me não competem.

Aliás, boa parte dos documentos do processo são por mim assinados, v. g. as cartas ao Senhor Almirante Tomás e Dr. Teotónio Pereira; a Impugnação das eleições que deu lugar a troca de correspondência com o Presidente da República de então, e agora é base para falta disciplinar; bem como o esclarecimento à extraordinária nota oficiosa, referente à proibição da vinda a Portugal de Mr. Bevan. Consequentemente, a responsabilidade é explicita nesses documentos.

SEGUNDA: Nem ao de leve, pois, fujo às responsabilidades, quando agora declaro não me julgar em condições psicológicas aceitáveis para dar resposta aos quesitos nas averiguações iniciadas, antes que:

a) averiguante menos parcial, ou o atual, depois de reconsiderar a textura dos quesitos e o âmbito do que se deve averiguar, garante aquele mínimo, real ou aparente, de ambiente moral que deve acompanhar questões de justiça, mormente no caso específico e complexo, em presença.

b) Se defina a minha posição de oficial general, perante a PIDE, como solicitei pela exposição acima citada, definição que de algum modo pode influir as minhas relações com os Departamentos e entidades em matéria de justiça.

General Humberto Delgado

*

Esta resposta fez com que fôssem apresentados ao Sr. General Humberto Delgado, os quesitos já refundidos, segundo as considerações formuladas.

A esta segunda versão dos quesitos, respondeu o Senhor General Humberto Delgado com a sua carta de 15 de Dezembro de 1958, que constitui a 2.ª resposta aos quesitos e que se transcreve:

Lisboa, 15 de Dezembro de 1958

1. Verifica-se que os quesitos foram refundidos pelo Senhor oficial averiguante, apresentando-se agora por forma objetiva, conforme solicitei no documento de 11 do corrente, por mim assinado, sob o título de "Primeira Resposta aos Quesitos".

Com a atual redação, a maioria receberá resposta simples: "Sim". 2. Contudo, pelo menos para responder aos quesitos 4.º, 5.º, 15.º e 22.º, continuo a julgar base ne-

cessária da minha defesa conhecer o resultado da exposição datada de 3 do corrente, feita depois da PIDE exercer novos vexames sobre mim, nomeadamente em 7 de Outubro e 2 de Dezembro do corrente ano.

3. Nestas condições, parecendo-me convir uma resposta completa do conjunto dos quesitos, solicito se obtenha de S. Exa. o Ministro da Defesa despacho à referida exposição, a fim de, logo após conhecimento do despacho, elaborar o respectivo documento.

*

General Humberto Delgado

Em seguimento do processo deu o Senhor General Humberto Delgado a sua 3.ª resposta aos quesitos, que começa por estas palavras: "Parecendo depreender-se do despacho de S. Exa. o Ministro da Defesa Nacional, de 9 de Dezembro de 1958, transmitido por nota de 16 do mesmo mês, do Senhor oficial averiguante, que o Departamento da Defesa me deve proteção contra os vexames ou violências que a PIDE sobre mim queira exercer, completam-se assim os requisitos que considere necessários para estar em condições aceitáveis de responder aos quesitos.

2. Eis, pois, as respostas aos quesitos, tal como refundidos pela nota de 12 de Dezembro de 1958, do Senhor oficial averiguante:"

Conhecidas as diferentes fases deste processo, indicam-se agora, sob a forma de perguntas e respostas a 2.ª versão dos quesitos e a 3.ª resposta do Sr. General Humberto Delgado.

Apresenta-se esta forma, para melhor compreensão e perfeito esclarecimento do leitor.

1.º Quesito

Confirma V. Exa. a autoria da carta que, em 18 de Julho p. p. dirigiu a Sua Excelência o Ministro do Interior onde além de referências à forma como decorreu o ato eleitoral se apresentou como arauto dum movimento político que intitulava de "Movimento Nacional Independente"?

Resposta

Sim. Faço apenas reserva ao termo "arauto", usado. Diga-se "representante".

2.º Quesito

Confirma V. Exa. a autoria do opúsculo "Impugnação da Eleição Presidencial de 1958 pelo candidato General Humberto Delgado", datado de 21-6-958?

Resposta

Sim.

3.º Quesito

Confirma V. Exa. a autoria da carta que enviou ao Exmo. Almirante Américo Tomás com data de 23-6-958?

Resposta

Sim.

4.º Quesito

Promoveu V. Exa. a circulação, ou permitiu que circulasse, um panfleto intitulado "O Movimento Nacional continua a luta da oposição", datado de Junho p.p. onde se transcreve a carta já referida no 1.º quesito e se fazem incitamentos à luta contra o Governo, luta que apelida de "Libertação Nacional"?

Resposta

Sou, como disse, o autor da carta. Quanto a "circulação" não se responde, já que, posta em termos tão vagos, a ação de fazer circular papeis do tipo em causa, praticamente até poderá ser imputada a membros do Governo da Nação. Quem não haverá na época que passa, dado um, dois, ou mais panfletos a alguém?

No que se refere a promover circulação, diferente de permitir a circulação, direi ainda que a resposta se dificulta pois que estamos em País onde:

A PIDE apreende uma carta minha confidencial, junta ao processo, carta que ela poderia ter publicado, atribuindo-me a culpa da circulação;

se diz que o "AVANTE", órgão do partido comunista, é feito, pelo menos às vezes, pela própria PIDE, para assim melhor justificar a sua existência;

diversas pessoas asseguraram que atrás de mim, na campanha eleitoral, os carros perseguidores da PIDE iam a poucos metros lançando panfletos contra o Candidato Nacional Independente.

Quanto a permitir que circulasse, não se vê bem como se possa impedir a circulação, em particular em País em que, dada a brutalidade da censura à imprensa, o povo, faminto de verdade copia e circula tudo o que lhe aparece à mão. O caso da carta de S. Exa. Reverendíssima o Bispo do Porto que, bem se sabe, não foi posta a circular por S. Exa., é sintomático. Nada mais adiante na matéria.

(Conclui no próximo número)

Portugal Democrático na cidade de Nabão

Nos últimos meses o aumento da expansão do nosso jornal em Portugal e no Ultramar tem sido de tal ordem que somos os primeiros a ficar surpreendidos. De dezenas de cidades e povoações chega-nos todas as semanas uma volumosa correspondência — quase sempre através de pessoas amigas — com aplausos e sugestões. Em março recebemos, contudo, na nossa Redação, uma carta que, pelo seu conteúdo, daria fundamentalmente das demais. Enviava-a a Associação dos Antigos Alunos do Colégio Nun'Alvares, de Tomar, e dizia respeito aos Jogos Florais daquela formosa cidade. E com o maior prazer que publicamos a notícia que nos pedem ainda que nenhum nabantino de São Paulo possa deslocar-se para assistir aos tradicionais festejos, que constarão de "cortejos histórico e académico, sarau de arte, garralada e tarde desportiva", além dos Jogos Florais propriamente ditos que se encerrarão com um espetáculo noturno, a 3 de Maio, na Quinta dos Sete Montes.

Desde já, evidentemente, fazemos votos para que a iniciativa dos simpáticos moços da Associação dos Antigos Alunos do Colégio Nun'Alvares seja coroada do maior êxito.

O asilo do cap. Calafati

Ferrer (escritor), Jorge Fidelino de Figueiredo (engenheiro), José Pedro de Lima (ex-diplomata), José Santana Motta (jornalista), Maria Archer (escritora), Miguel Urbano Rodrigues (jornalista), Paulo de Castro (jornalista), Rodrigues Lapa (professor universitário), Santos Baleizão (engenheiro), Vitor da Cunha Rego (jornalista), Vitor Ramos (professor universitário), Tomaz Ribeiro Colaço (escritor), Zaluar Nunes (professor universitário).

Portugal Democrático

REDAÇÃO

Rua Conselheiro Furtado, 191
Sala 2 — Caixa Postal 5294
São Paulo

Diretor-Responsável:

OTAVIO MARTINS DE MOURA

EXPEDIENTE

Dias uteis: das 19 às 22 horas
Sábado: das 15 às 18 horas

Assin. especial ... 100,00
Número avulso ... 3,00

O "New Statesman" escreve:

TERROR EM LISBOA

O influente semanário de Londres "The New Statesman", que reflete a opinião da ala esquerda do Partido Trabalhista Britânico, inseriu num dos seus últimos números o artigo que, a seguir, reproduzimos sobre o ambiente de terror que reina em Portugal.

A recusa de Salazar em reconhecer o asilo concedido pela embaixada do Brasil ao general Delgado e em permitir que o embaixador o faça sair de Portugal, está provocando atritos nas relações entre o Brasil e Portugal. Salazar foi informado de que se não for encon-

trada uma solução satisfatória do caso de Delgado, o Brasil retirará o apoio a Portugal nas Nações Unidas. A atitude do governo brasileiro parece ser resultante da campanha feita na imprensa, universidades e parlamento do Brasil, desde as eleições presidenciais de junho de 1958 em Portugal. Sem esquecermos ainda a atitude do embaixador do Brasil em Lisboa e sua mulher, cujos sentimentos antifascistas são conhecidos.

A Argentina também está dando apoio moral aos liberais portugueses. No mês passado o embaixador desse país fez uma visita oficial à redação do jornal da oposição,

"República". E agora concedeu asilo político ao capitão Galvão, atitude a que Salazar respondeu, cercado a embaixada com policiais armados.

Essa atitude dos dois principais países da América Latina seguindo-se às declarações de solidariedade de Bevan com os liberais, enfraqueceu ainda mais o regime de Salazar. Mas a máquina de repressão foi reforçada. Novas delegacias de polícia foram criadas em Beja, Évora e outras cidades. Patrulhas motorizadas, que se fazem acompanhar de cachorros policiais, aumentaram. Foram criadas novas unidades da polícia secreta e colocados à sua disposição grande número de jipes armados para a realização de rusgas domiciliárias. Foi aprovado o Decreto 41.872 que coloca mais fundos à disposição da polícia secreta. Todas as reuniões — até mesmo na televisão — foram proibidas. A polícia rodoviária tem agora ordem para visitar os viajantes. Para pôr em execução essas novas medidas, Salazar teve grande dificuldade para encontrar um ministro do Interior: o ministro nomeado em agosto passado demitiu-se depois de exercer o cargo durante um mês e para encontrar um novo homem dizem que Salazar convocou dez possíveis candidatos até que descobriu um jovem oficial do exército, de tendências nazistas, Arnaldo Schultz, notório pelas atrocidades que cometeu durante a guerra civil da Espanha.

Mas o povo parece ter perdido o medo. Hoje, vêm-se frequentemente grupos de trabalhadores, reunidos defronte a edifícios públicos, e exigindo trabalho. Ainda que sejam habitualmente dispersados com brutalidade, em Cerca e Vale de Vargo foram levados às casas dos fazendeiros, onde lhes deram trabalho.

As autoridades parecem estar cedendo recentemente a essa espécie de pressão, particularmente desde o êxito da revolução de Cuba.

Aliás os odiados juizes dos tribunais políticos de Lisboa e Porto tornaram-se recentemente complacentes. Nos últimos dois meses, houve 15 julgamentos de mais de 100 pessoas e ninguém foi condenado a mais de três anos de prisão.

Com os adeptos de Salazar agora divididos e com o alastramento da revolta da Igreja Católica, há entidades oficiais que prevêem o fim do regime. Desde a demissão da comissão executiva da União Nacional — partido de Salazar — em novembro passado, 14 deputados recusaram-se a votar leis aumentando os impostos. O bispo do Porto é agora vigiado pela polícia e os funcionários públicos foram proibidos de assistir a cerimónias religiosas a que esse prelado preside, mas as igrejas onde faz sermões ficam literalmente abarrotadas. Os discursos do cardeal Cerejeira são agora radicalmente censurados. Depois do discurso de Salazar a 6 de dezembro, ameaçando fazer uma revisão nas relações do regime com a Igreja, ele decidiu não enviar representantes do governo a cerimónias religiosas. A festa de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Padroeira de Portugal, não assistiram membros do governo, e foi um dia de silenciosa manifestação de uma Igreja em revolta.

Sentindo que está perdendo o domínio da situação, Salazar aumentou o soldo das forças armadas, promoveu grande número de oficiais e aumentou o terror policial. Grande número de operários das grandes fábricas, tais como a SOREFAME, a Fábrica Portugal, a ENAE e a CUF, foram presos. O mesmo aconteceu a funcionários públicos e a estudantes universitários. Muitos foram espancados nas próprias residências na presença da mulher e dos filhos. Foram dadas instruções para "liquidar todos os prisioneiros políticos", como confessou o diretor da prisão de Caxias.

Sabe-se que Jaime Serra e José Adelino dos Santos morreram na tortura. Entre outros prisioneiros fortemente torturados estão Adelia Terruta (em estado de gravidez e que foi agredida a pontapés no ventre), Manuel Ega (agora num hospício), Joana Mendonça, Joaquim Machado, Fernando Matias, Manuel Martins, Marcos Antunes, Luiz Ferreira dos Santos, Alvaro Ramos, Manuel Silva, Manuel Guedes, Celestino Ferreira, Antonio Farrica, Oliveira Valença (preso por ter impresso convites para as

Na Camara e no Senado

(Continuação da 1.ª pg.)

Palácio Tiradentes, sr. Afonso Arinos, lhe dedicou o discurso inaugural do seu mandato. S. exa. começou por salientar que falava em seu nome pessoal, sem qualquer delegação da Comissão de Relações Exteriores, da qual é presidente. Sustentou que a situação criada com a concessão do asilo àquele militar português era essencialmente política, porque não se trata de questão de natureza intelectual, espiritual, histórica e emocional situados fora dos interesses habitualmente cogitados no campo das relações internacionais e modernas.

Historiou a figura de asilo aos estrangeiros que se encontram nos mais antigos documentos de que há memória na evolução moral e intelectual do Ocidente.

"Nós a encontramos na Bíblia — disse — nos escritos gregos, nos poetas e historiadores romanos; encontramos-na na palavra, na caridade e na ação dos padres e dos doutores da Igreja. Nós a encontramos na palavra dos soberanos, nas teses dos tratadistas, nas atas dos congressos internacionais, na imprensa; nós a encontramos no fremito da palavra dos oradores, nas multidões dos estudantes das escolas, nas mulheres, nas crianças.

O asilo para o perseguido, a proteção para o fugitivo, a caridade para com o oprimido deixa de ser instituição puramente jurídica para se consubstanciar, para se integrar, para se misturar, para se confundir com os sentimentos mais profundos do Direito, da moral racional e das inclinações razoáveis do ser humano criado à imagem de Deus.

Mas este sentimento tem sua expressão clássica, tem a sua configuração jurídica".

Ressaltou que ao asilo territorial seguiu-se o asilo diplomático, tão logo as nações iniciaram o serviço diplomático permanente. Explanou a tendência dos países europeus em não reconhecer esse tipo de asilo, inclusive Portugal.

CONTRADIÇÃO

Relembra que apesar de não reconhecer o direito de asilo, Portugal já exerceu essa faculdade aqui mesmo no Rio de Janeiro, por ocasião da revolta da Armada, quando o comandante português, Alvaro de Castilho, acolheu inúmeros rebeldes. Aludiu ainda aos constantes asilos concedidos por vários países europeus, notadamente por ocasião da guerra civil na Espanha, quando legações e embaixadas de nações do Velho Mundo regorgitavam de perseguidos pelas forças vitoriosas.

O Comité...

(Continuação da 4.ª pg.)

giou-se na embaixada da Venezuela, solicitando asilo político.

Estes os fatos mais salientes da onda de terror desencadeada pela moribunda ditadura do sr. Salazar. A opinião brasileira que os julga e ao homem que é responsável por eles — o ditador que na sua teimosa cegueira pensa ainda iludir o Brasil, mediante a publicação de artigos de propaganda pagos pelo escravizado povo português.

São Paulo, 25 de Março de 1959 (aa) Adolfo Casais Monteiro (escritor), Agostinho da Silva (professor universitário), Armindo Branco (jornalista), Carlos Maria de Araújo (jornalista), Carlos Cruz (engenheiro), Carneiro Franco (ex-deputado), Cláudio da Cunha (oficial do Exército), Fernando Correia da Silva (escritor), Fernando Lemos (pilotor), Fernando Queiroga (oficial do Exército), Francisco Lopes (industrial), Francisco Sarmento Pimentel (oficial do Exército), João Alves das Neves (jornalista), João Sarmento Pimentel (oficial do Exército), Joaquim Ferrer (escritor), Jorge Figueiredo (engenheiro), José Pedroso de Lima (ex-diplomata), José Santana Motta (jornalista), Maria Archer (escritora), Miguel Urbano Rodrigues (jornalista), Paulo de Castro (jornalista), Rodrigues Lapa (professor universitário), Santos Balizão (engenheiro), Vitor da Cunha Rego (jornalista), Vitor Ramos (professor universitário), Tomaz Ribeiro Colaco (escritor), Zaluar Nunes (professor universitário).

conferências que Bevan deveria fazer em Portugal), Antonio Capriña, Americo Pereira, Mario Gonçalves, Mario Dias, Manuel Sanchez, José dos Santos Fernandes, Joaquim Sabuga, Aida Paula e sua mãe, Maria Costa Dias, Maria Piedade Gomes, Alice Leal, Joaquim Gomes, dr. Pedro Soares e mulher, Agostinho Sabuga, Cesaltina Leal, Tomaz Figueiredo e o dr. Mario Vilaça. Essa informação refere-se apenas aos detidos nas prisões de Caxias e Aljube.

"Que são esses abrigos se não asilos territoriais que eles também dizem que ignoram e que não respeitam? Quando se trata de formalizar uma situação de fato que importa pelos azares e tragédia da vida moderna; quando se trata de formalizar e integrar num corpo de substância jurídica essa situação, dizem que não correspondem a uma verdade jurídica como se houvesse uma verdade jurídica que não correspondesse às bases assentadas de uma verdade social.

Pois então importa a esse fato sua solução imediata, haja ou não haja direito, haja ou não lei, haja ou não regras que assim o determinem. E se tem a hipocrisia de vir dizer que esses fatos, que são acertados, respeitados e praticados por essas nações a cada passo, não podem ser reconhecidos juridicamente porque não existe doutrina jurídica, porque não são signatárias de convenções ou de convênios que a eles dizem respeito".

Depois de ter respondido de forma irretorquível aos infelizes apartes do senador Lourival Fontes, que nos dispensamos de transcrever pois os nossos leitores de Portugal já os conhecem através dos pressurosos telegramas da dupla UPI-ANI, o sr. Afonso Arinos declarou, ao concluir:

"Nós somos obrigados a respeitar o direito de asilo — sublinhou — que por motivos jurídicos, por motivos morais, por motivos históricos passou a se constituir uma norma intransigente do nosso direito político, mas não a Portugal, porque Portugal, naturalmente, não tendo parte destas obrigações firmadas, não está obrigado a executá-las formalmente".

E sustentou que todos os esforços devem ser feitos para resolver a dificuldade sem nos "demitirmos" daquelas funções que são específicas à soberania brasileira e que dizem respeito à integridade da nossa posição na defesa de nossas tradições e das nossas responsabilidades continentais".

O Exército

(Continuação da 4.ª pg.)

De sorte que, se é absolutamente necessário contar com as armas dos quartéis, que a Nação paga, para correr com os usurpadores do poder, é de toda a conveniência moral, econômica e política que se dispense a cooperação dos homens que os comandam. Os milicianos e os soldados, os cabos e os sargentos, são elementos mais ligados à vida civil que à militar; oferecem a vantagem de não apresentar "contas à cobrança", nem antes nem depois do movimento; não têm a atemorizá-los o risco de comprometerem a carreira, como os senhores oficiais; e, sobretudo, serão menos capazes de traição por cobardia ou por interesse. Em vez de se perder tempo a confabular com generais ou coronéis, que não raras vezes comprometem ou denunciam os planos que lhes revelam, é infinitamente mais seguro, mais eficaz e mais legítimo tramam um entendimento com milicianos, sargentos e soldados para que eles ofereçam cobertura a dois ou três elementos cá de fora que se dispõem a introduzir-se no quartel e a assumir o comando da revolta. É um trabalho que requer unicamente um pouco de imaginação e de audácia. Nunca o momento foi mais propício nem mais fraco a posição do regime. Dois ou três quartéis que se revoltam, apoiados pela resistência passiva dos trabalhadores das fábricas e dos campos, e não cremos que haja forças que detenham a queda da ditadura. Os generais, nesse caso, nada podem. O poder dos generais reside na obediência dos soldados. Sem essa obediência, um general é militarmente tão inútil como um civil desarmado.

Voltamos a insistir, porém: Triunfante a revolução, cumpre aos democratas empreender a reforma do exército de maneira a que ele seja efetivamente uma força de defesa e não de opressão para o país. E essa reforma só poderá ser feita se os generais, coronéis ou quaisquer outros oficiais de carreira forem dispensados de participar nesse movimento do povo. Com créditos a haver da revolução, não é de crer que eles se conformem a aceitar passivamente um plano que os alijará para todo o sempre da função de tutelares dos governos que nos imponham.

Salazar na imprensa da Venezuela

Não só em virtude do ambiente francamente democrático em que estão vivendo os venezuelanos, mas também devido à missão de esclarecimento sobre a realidade da situação em nosso País que se impôs a "Junta Patriótica Portuguesa", a Imprensa, a Rádio e a Televisão vêm comentando, em todos os tons, os acontecimentos ocorridos nos últimos tempos em Portugal.

Na impossibilidade de transcrevermos, pelo menos, alguns artigos publicados em influentes jornais da Venezuela, queremos, no entanto, citá-los, para que em todo o Mundo onde se fala português se saiba o que pensam os venezuelanos do regime de Salazar.

Luis Colmenares Diaz escreveu no jornal "La Razón" um artigo intitulado "Agitação em Portugal"; na mesma publicação Reyes Maita abordou o mesmo tema; "El Mundo" falou da "Censura em Portugal"; o semanário "Dominguito" consagrou duas crônicas humorísticas a Paulo Cunha, assim como a maioria dos jornais venezuelanos se referiram com simpatia aos democratas portugueses e à luta que vêm travando para derrubarem a sangrenta ditadura de Salazar.

Não pode haver duas opiniões: a colônia portuguesa da Venezuela repudia vibrante e claramente o regime salazarista, colocando-se, incondicionalmente, ao lado dos portugueses livres.

Salazar, "Go Home!"

De entre os inúmeros folhetos ultimamente chegados à nossa redação, destacamos um intitulado "Aos Portugueses", que, segundo nos informam, circula largamente em todo o País. Datado de Braga, em 14 de janeiro findo, é assinado pelo Major Augusto Alves Ferreira e por mais cerca de 200 individualidades de Braga, Porto e Viana do Castelo.

Fazendo uma análise serena do momento político, o manifesto, que foi endereçado a Salazar, conclui com as seguintes palavras: "A lição da história — da antiga como da mais recente — claramente mostra que as grandes obstinações conduzem às grandes catástrofes. Por isso, esquecendo os riscos que esta atitude nos possa fazer correr, dirigimos um veemente apelo — fruto do mais sério imperativo da nossa consciência cívica e do nosso amor a Portugal — ao patriotismo do sr. Presidente do Conselho para que abandone voluntariamente o poder — pois estamos convencidos, como muita gente, que, tendo findado a sua missão, somente a sua presença na chefia do governo está a impedir a evolução pacífica da vida nacional. Dê-se ao Povo Português — antes que seja tarde — a oportunidade de dizer, livremente e ordeiramente, o que quer".

Com menos cerimônia, os democratas portugueses do Brasil, por que em liberdade podem exprimir o que pensam, dizem ao ditador: "Salazar, Go Home!" Basta! "Gome Home, Salazar — antes que seja tarde!"

Os artigos assinados que publicamos em nossas colunas refletem apenas a opinião pessoal dos seus autores. Apenas os comentários e notas não assinadas traduzem a opinião da "Comissão de Redação" de "PORTUGAL DEMOCRÁTICO".

O diretor da PIDE e a imprensa estrangeira

A triste situação da imprensa em Portugal é sobejamente conhecida no Brasil para que seja necessário acrescentar algo ao que a esse respeito tem sido dito. Desde que o medíocre enfaiteado que é o sr. H. C. Moreira Baptista tomou posse do SNI, as últimas liberdades que restavam aos jornais foram suprimidas e com tal rigor que até as mortes de altas personalidades são comunicadas à imprensa através do órgão da propaganda oficial. Mas o que não julgávamos possível, apesar de tudo, é que o diretor da PIDE levasse a sua insolência ao ponto de discursar em cerimónias públicas emitindo uma série de disparates sobre a imprensa e a sua missão. Foi porém o que, segundo conta "O Comércio do Porto", aconteceu recentemente, por ocasião da homenagem prestada ao correspondente em Lisboa da agência fascista espanhola EFE. O sr. Neves Graça não esteve com meias medidas. Levantou-se e botou fala saudando a escoria jornalística que se reunia para os comovidos adeuses ao representante franquista.

Sabemos que em Lisboa há uma Associação dos Correspondentes da Imprensa Estrangeira e que a ela pertencem alguns profissionais dignos de respeito e consideração. Mas não sabemos, confessamos, que essa associação tenha protestado como era do seu dever contra a ousadia do sr. Graça permitindo-se saudar a imprensa estrangeira. A menos que os correspondentes dos grandes jornais ingleses, ingleses, franceses e norte-americanos admitam como interlocutor o esbirro que personifica os crimes contra a humanidade cometidos pela ditadura do sr. Salazar, não compreendemos o silêncio que têm mantido.

A imprensa nacional e o "SNI"

O sr. Moreira Baptista reuniu há dias, em Lisboa, os representantes dos jornais portugueses da Província, a quem deu conselhos ridiculamente acacianos, ao mesmo tempo que tentou confundir os com mentirosas afirmações deste quilate: "Em quase todos os países, e sobretudo naqueles para onde nos apontam, dizendo que ali é que há liberdade de imprensa, os pequenos jornais — o tipo de imprensa que vv. exas. honrada e galhardamente aqui representam — têm desaparecido, sob a pressão de organizações mais poderosas".

Onde é que o policial dos jornalistas, o super-diretor da censura viu a desgraça dos pequenos jornais de província — por terem liberdade de imprensa? Não saberá o inepto diretor do "SNI" que por essa liberdade anseiam todos os jornalistas portugueses sem distinção?

Saudação a Erico Verissimo

Por JAIME CORTESÃO

Reproduzimos, a seguir o notável discurso que o dr. Jaime Cortesão pronunciou no banquete oferecido a Erico Verissimo pela Sociedade Portuguesa de Escritores:

"Outros dos membros da Sociedade Portuguesa de Escritores saudarão em si o Confrade nas letras, no que é de tem de original e próprio, de criador de tipos, intérprete da vida, com seu misto de cotidiano e eterno, de crasso e de sublime.

Por mim, quero saudar e render homenagem, para quem e para além do escritor ao homem, na sua simples humanidade, e ao brasileiro, quer na sua continuidade de sangue e espírito com os portugueses, quer no que tem de tipicamente americano. Não esqueçamos que V. é um livre cidadão da livre-América, dum continente que tem por norma ideal o pan-americanismo, laço duma federação de nações, cujo estatuto é o amor à liberdade e à paz, e a condição da dignidade humana, e o entendimento fraterno como solução de todos os conflitos entre os povos.

Sou também, ainda que por forma diferente, brasileiro; todos aqui o somos com maior ou menor intensidade; e, por minha parte vou desdobrar-me, vamos desdobrar-nos para saudar o que em si é realidade, e em nós aspiração.

Ao trazê-lo para este castelo de S. Jorge, acrópole de Lisboa, sobranceira ao cais de todos os mares, varanda aberta sobre o mundo, quisemos sondar consigo o abismo dos tempos e relancear, através do Atlântico e dos séculos, os caminhos e os laços de sangue e de espírito, que nos unem numa comunidade de povos e nações, a que V. dá tão bela realidade e exaltação. Aqui, neste castelo e no Paço de Alcáçova, D. Diniz compôs talvez algumas das suas trovas; aqui, ao lado, na velha Torre do Tombo, Fernão Lopes estruturou a sua história épica da independência nacional, toda ela estuante de revolta e fúria popular; aqui, D. João II nasceu e meditou o Tratado de Tordesilhas, alicerce genial sobre o qual se ergueu a sua pátria; daqui, se avistaram ao longe as velas da armada de Cabral, a bordo da qual seguiu Pero Vaz de Caminha, que iria escrever, com alma bucólica e enternecida de Bernardim ou de Crisfal, o auto do nascimento do Brasil; aqui nasceu com Gil Vicente, rústico pastor do *Auto do Vaqueiro*, o teatro português, reflexo da perspectiva humana dos Descobrimentos.

De caso pensado marcamos este encontro entre os adarves dum castelo sobre este chão, que exala memórias e fantasmas, e onde qualquer de nós, mais e melhor do que Hamlet, pode escutar as vozes imperativas dos avós. De caso pensado também, completamos o cenário, dando-lhe o fundo musical dum coro viril e grave do Alentejo. É que o alentejano foi, pelas suas capacidades excepcionais de viandante seminómado, — maltês, arrieiro e pastor —, o precursor mais próximo do bandeirismo, alma, segundo Rui Barbosa, do Brasil; e pela sua altivez e amor da independência e da justiça até ao desespero trágico, o irmão mais próximo dos seus irmãos de berço da Cruz Alta. Nenhuma voz da terra e do povo português melhor podia evocar as cochilas e os gaúchos do Rio Grande.

Acabou V. de percorrer terras do Norte e do centro de Portugal e de tomar contacto com a sua gente. E a todos encantou. Foi rodeado em toda a parte, onde falou, por uma onda de carinho e entusiasmo. Sabe qual foi o segredo desse êxito? É que todos viram, para além do escritor que já era admirado e conhecido, o homem simples e afetuoso, com seu modo desprezioso de falar, terra a terra, tu cá tu lá, do homem que vem para a praça pública dialogar, e não só aceita, mas oferece o diálogo. E, mais do que isso, por detrás de si viram o Brasil. Multiplicaram-no por alguns milhões e realizaram o povo brasileiro; tiveram a sensação direta do motivo por que o Brasil vive conosco todos os nossos grandes problemas nacionais e internacionais.

Erico Verissimo, homem simples, sem preconceitos de classe, de raça ou de crença, que respeita o homem nas suas desigualdades pessoais, que vem até nós, procura compreender-nos e dá voz às nossas próprias aspirações, V.

é o Brasil. Em vez dum homem, deu-nos uma nação, — eis o milagre! Bem haja por tudo o que nos disse e pela certeza tão viva e consoladora que nos trouxe!

Estamos aqui mais duma centena de escritores e jornalistas. Tem na sua frente a flor das letras e do espírito português, uma pléiade mais densa e animada dum alto sentido de humanidade que a dos *Vencidos da Vida*. Em nome de todos nós, lhe peço que alargue, no seu regresso, esta gratidão aos seus e nossos confrades brasileiros.

Erico Verissimo, mais de 35 anos se passaram depois que eu pela primeira vez visitei o Brasil. Acompanhava o Presidente da República Portuguesa, António José de Almeida, que ia representar Portugal nas comemorações do centenário da independência do Brasil.

Repressão...

(Continuação da 1.ª pg.)

são moral. As últimas eleições para a Presidência da República marcaram a falência dessa forma de repressão. As várias forças anti-fascistas reuniram-se e apresentaram, finalmente, um candidato único. E a quase totalidade do povo português saiu para as ruas em apoio entusiástico à candidatura do General Humberto Delgado.

Restava ao Estado Novo uma única forma de repressão: a física; desvaída, alucinada, já que o seu complemento moral lhe fôra amputado pelo povo.

Antes e após o sufrágio, massas populares foram metralhadas nas ruas. Dentre os milhares de cidadãos que manifestaram publicamente seu descontentamento, centenas foram encarcerados e brutalizados. Simples transeuntes, pedestres ou automobilistas, são hoje detidos nas estradas "para averiguações". As detenções não respeitam mais idade ou nem posição social; à prisão dos quatro e já idosos intelectuais Vieira de Almeida, Azevedo Gomes, António Sérgio e Jaime Cortesão, pode juntar-se, por exemplo, a de uma jovem de vinte anos, Adélia Teruta, grávida de oito meses, e espancada em pleno ventre. Tribunais Plenários forjam sentenças condenatórias acrescidas de "medidas de segurança", eufemismo de prisão perpétua. Só da aldeia de Couço (Alentejo) cerca de cem pessoas estão neste momento aguardando, no cárcere, julgamento. Assim como outras cinquenta de Montemor-o-Novo. Diversas são as famílias portuguesas que hoje choram o desaparecimento de entes queridos.

Prova da falência da *intimidação mediata* está no fato de, aos nomes de prisioneiros políticos, declaradamente comunistas como, Alvaro Cunhal, Francisco Miguel, Manuel Rodrigues da Silva, Manuel Guedes, Georgette Ferreira, Jaime Serra, Joaquim Gomes, Pedro Soares, etc., virem juntar-se nomes de não-comunistas ou anti-comunistas, como os já citados intelectuais e alguns jovens católicos, e aos quais poderíamos hoje acrescentar o do General Delgado, não fosse o asilo que lhe concedeu a Embaixada do Brasil em Lisboa. Uma falência rude de aceitar por parte dos comprometidos com o Estado Novo. Inconformados ante a nova realidade, eles próprios mistificados pela mística que durante longos anos tentaram impor às consciências, pequenos "reis comedores de seu povo", não hesitam hoje, na agonia da mortal indigestão, em tachar de comunista um próprio Bispo da Igreja Católica.

Não existe bicarbonato que lhes possa aliviar as dores. Tanto mais que a solidariedade internacional está com os comidos, não com os comedores. Sabemos que um povo é algo de muito grande para que uns poucos o possam devorar. Trinta e dois anos não puderam exterminá-lo, vemos hoje. Mas sabemos também que não cabe a nós, portugueses emigrados ou exilados, uma solidariedade beata e contemplativa. Protestemos publicamente; denunciemos os crimes que são hoje cometidos sobre o nosso povo!

Ajudemos prisioneiros e famílias de prisioneiros políticos! "Portugal Democrático" divulgará em suas colunas todas as notícias sobre repressão que lhe sejam enviadas.

Assisti então ao memorável discurso, por ele pronunciado perante as duas Câmaras dos Deputados e do Senado, reunidas. António José de Almeida estava doente. Passara a noite com febre. Tinha ainda na face livida um derradeiro fogacho de ardor noturno. E quando com olhos coruscantes disse que ia talvez morrer, mas antes disso queria dizer ao Brasil que lhe agradecia, em nome de Portugal, o haver-se proclamado independente, vi dos olhos de muitos dos ouvintes correr pelas faces lágrimas de irreprimível comoção.

Eu não tenho o verbo do grande tribuna da República, nem missão oficial a dar-lhe solenidade e ressonância. Mas falo em nome dos escritores de Portugal e em si venho agradecer ao Brasil, que ele, depois de se haver tornado independente, venha pela ação dos seus estadistas e diplomatas defender-nos contra os perigos exteriores que nos ameaçam; que, pela voz dos seus escritores e jornalistas, viva, como se fossem suas, as nossas dores, aspirações e esperanças; enfim, que o Brasil, depois de separar-se, volte a unir-se conosco.

Um defensor do Sr. Salazar

Adolfo Casais Monteiro

Não é meu hábito ler a prosa do sr. Assis Chateaubriand. Talvez por isso, só depois de a ler duas vezes, e em dois jornais diferentes, concluí que os tipógrafos não tinham culpa nenhuma: os ilogismos eram iguais nas várias publicações. Resignado assim a ter que aceitar como obra do sr. Assis Chateaubriand as estranhas congeminções publicadas sob o título "Pouca Roupa" em o *Jornal*, de 12 do corrente, parece-me oportuno fazer-lhes alguns comentários, os quais, necessário é acentuar, não pretendem combater pontos de vista do conhecido homem público, pois não se pode opor razões ao disparate. O meu fito é, precisamente, demonstrar o disparate.

Ponhamos um pouco de ordem: parte o sr. Assis Chateaubriand do princípio de que o general Humberto Delgado "se diz" perseguido político; que é uma "suposta vítima", um "rancoroso inimigo político" do governo português, um "agitador político". É tudo quanto ele sabe dizer do ex-candidato à Presidência da República. Pelo contrário, o governo do sr. Salazar mereceu-lhe eternizados epítetos: não hesita em falar na "honra" da palavra do governo de Portugal, admite a "lealdade", a "santidade" (!!) da sua palavra etc. Em resumo, o seu escrito parece ter saído dos próprios gabinetes em que se elaboram os comunicados oficiais portugueses, famosos pela arte de suprimir os fatos, e de trocar os sinais com a máxima desfaçatez. Não me admiraria se as considerações do sr. Assis Chateaubriand tivessem, ao invés do que aconteceu, começado por sair nos jornais sujeitos à fêrule do sr. Salazar. Estavam lá a matar.

Qual é a tese do sr. Assis Chateaubriand? Simplesmente a de que não se pode duvidar da palavra do governo de Portugal. Ora é precisamente disso que toda a gente duvida, e mais que toda a gente o general Delgado, com sobradas razões. Mais do que apenas razões: com provas, não só o precedente de por duas vezes lhe ter sido negado o direito de sair do país, como o risco, que só os cegos não vêem, de lhe suceder o mesmo que aos srs. Jaime Cortesão, António Sérgio, Vieira de Almeida e Mário de Azevedo Gomes, pois que, despojado já das suas imunidades militares, era de esperar que sofresse, agora, a prisão de que só escapou então por ser ainda oficial do ativo. Pois como compreender que, sendo ele tão responsável como os outros, lhe poupsse a "justiça" a mesma sorte? Aliás, o próprio comunicado oficial dando conta das sanções militares impostas ao general Delgado, dizia claramente que ele ficava sob a alçada dos tribunais civis.

Mas, se tais provas materiais não existissem, restaria, e é o essencial, uma outra, que vem a ser 33 anos de regime discriminatório, de ditadura pela violência e pelo terror, na qual a lei só é respeitada para servir o regime, e deixa de existir quando a este não convém. Não

seria necessário ir mais longe do que as últimas eleições para o verificarem mesmo aqueles que têm a memória curta... Só o sr. Assis Chateaubriand é dotado de inocência suficiente para falar na "santidade" da palavra do sr. Salazar! Os santos lá se entendem...

E pena que, na parte mais saborosa do seu artigo, o defensor da ditadura portuguesa tenha refinado na falta de gramática, quem sabe se por algum escrúpulo do seu subconsciente, a querer avisá-lo de que até a desfaçatez tem limites. E o caso que o sr. Assis Chateaubriand reclama "antecedentes ferozes e irremediáveis" que justificassem "a brutalidade da nossa negativa em unir de confiança" as promessas do governo português, ao pretender este que deixaria o general Delgado sair em paz de Portugal. Quer isto dizer que só é criminoso o reincidente? Que só o segundo assassinato deve ser castigado, e o primeiro ficar impune? Ou seja, que seria necessário um outro general Delgado já ter procurado asilo na embaixada do Brasil em Lisboa, para o sr. Alvaro Lins ter a sua nobre atitude justificada? Está a brincar com quem, sr. Assis Chateaubriand?

Mas o sr. Assis Chateaubriand não se dá por satisfeito com esta confusão. Com efeito, além de insistir, para não deixar dúvidas, que "Se este precedente existisse, estaríamos, ai, sim, diante de um perigo eminente de coação, uma vez devolvido o general ao lar ou à via pública. A sua segurança pessoal nas relações normais da vida estariam, sem dúvida, ameaçadas"; deixando portanto bem claro, apesar da sua estranha técnica de colocar as vírgulas, que em sua opinião só a reincidência prova o crime, o sr. Assis Chateaubriand estabelece uma confusão mais estranha ainda entre "plano externo" e "plano interno" da qual, mesmo com a melhor vontade, não o podemos extrair.

Não ignora com efeito o sr. Assis Chateaubriand que é ao asilado que compete decidir a necessidade de pedir asilo. Só pede asilo quem dele precisa. E claro que, quando se escolhe a cômoda atitude de insultar a vítima, até se torna possível fazer do sr. Salazar uma ovelhinha inocente, sofrendo cruel perseguição do seu "rancoroso inimigo político". Passa o general Delgado a ser o perseguidor, criando complicações internacionais, arrastando o Brasil a negar "aos portugueses do governo atual, o princípio de cooperação, o mais valioso na vida de relação dos povos". É caso para perguntar ao sr. Assis Chateaubriand se o direito de asilo só vale entre países inimigos? Talvez o general Humberto Delgado devesse ter procurado asilo na embaixada da União Soviética? Mas, Sr. Assis Chateaubriand, a União Soviética não tem representação diplomática em Lisboa. E, se tivesse, e ele aí tivesse procurado refúgio, o sr. Assis Chateaubriand já teria trombetado

ao mundo que o general era comunista...

Precisamente por ser a dum país amigo é que o general Humberto Delgado pediu asilo na embaixada do Brasil. Por ser este um país democrático, sr. Assis Chateaubriand. Fala-se no seu artigo nas relações do Brasil com as "nações amigas". Mas pode o Brasil ser amigo de Portugal e ao mesmo tempo do seu governo? Representa Portugal um governo que castiga um homem por ele ser candidato à Presidência da República? Imagine, sr. Assis Chateaubriand, que o atual Presidente dos Estados Unidos do Brasil tivesse perdido a eleição, e que fosse perseguido por isso mesmo! Que tivesse pedido asilo na Embaixada de Portugal! E imaginasse a si próprio, sr. Assis Chateaubriand, embaixador de Portugal em Londres, reclamando do sr. Salazar a entrega do sr. Juscelino Kubitschek à polícia brasileira! Já pensou?

Mas, seja qual for a opinião de cada um, é legítimo que cada um tenha a sua, há uma coisa que o sr. Assis Chateaubriand esquece. O embaixador Alvaro Lins podia ter-se recusado a acolher o general Humberto Delgado. Mas, depois de ter praticado esse ato que o nobilita, e que jamais será esquecido pelo povo português, nenhuma consciência digna tem o direito de pretender que ele volte atrás. Lê-se no artigo que venho analisando que "o embaixador Lins se equivocou, quando aconselhou o Itamarati a conservar o asilado". Julgo, e não receio enganar-me, que o Itamarati não precisava de ser aconselhado a "conservar o asilado". Esqueceu o sr. Assis Chateaubriand que há princípios de moral que não estão sujeitos a equívoco: depois de dado, o asilo é sagrado. Voltar atrás, em tais casos, é o mesmo que vender a consciência ao diabo. Uma pequena meditação cristã não faria nada mal ao embaixador do Brasil em Londres, o qual, felizmente, e para honra deste país, não estava no lugar do sr. Alvaro Lins quando o general Delgado bateu à porta da embaixada do Brasil. (Do "Diário de Notícias", 26-3-59)

O Capitão Fernando Queiroga fala do "Paraiso de Salazar"

Autor de um livro emocionante, "Portugal Oprimido", a que recentemente nos referimos, o capitão Fernando Queiroga proferiu, há dias, uma conferência sobre a realidade da situação portuguesa, na sede da União Nacional de Estudantes. Diversos jornais cariocas que não navegaram nas águas ditatoriais, salientaram o grande interesse que despertaram as palavras do "homem da Mealhada". Posteriormente, a União Estadual de Estudantes, de São Paulo, convidou o cap. Queiroga a repetir a sua conferência nesta Capital.